

# Elaboração do PNRH 2022-2040

## Relatório da Oficina Temática sobre REVITALIZAÇÃO DE BACIAS HIDROGRÁFICAS

Videoconferência, 27 de julho de 2021.



## Planejamento e Metodologia Proposta

Seguindo princípio semelhante ao realizado para as oficinas anteriores, a equipe técnica da Engecorps desenvolveu uma proposta preliminar de metodologia e encaminhou para a devida análise da equipe do MDR. Na sequência, a partir dessa proposta preliminar, foi realizada reunião com a equipe do MDR e da ANA para discussão e validação da metodologia e dos temas que deveriam ser discutidos. Assim, após o acordo sobre os temas e forma de realização da oficina, a metodologia constou, inicialmente, de apresentações da ANA e MDR sobre o PNRH e exposição dos resultados dos estudos desenvolvidos até o momento no contexto dos informes e relatórios de conjuntura dos recursos hídricos no Brasil. Em seguida, constou de uma mesa com a participação de representantes do MDR, ANA e CODEVASF de acordo com o Quadro Erro! Nenhum texto com o estilo especificado foi encontrado no documento.-1 que consta da programação da parte da manhã.

**QUADRO ERRO! NENHUM TEXTO COM O ESTILO ESPECIFICADO FOI ENCONTRADO NO DOCUMENTO.-1 – PROGRAMAÇÃO APLICADA PARA O PERÍODO DA  
MANHÃ DA  
OFICINA TEMÁTICA SOBRE REVITALIZAÇÃO DE BACIAS HIDROGRÁFICAS**

Início	Atividade
9h30	Início do Evento e Recepção dos Participantes
9h40	Apresentação 1 – MDR – Institucional sobre o PNRH e Calendário de Oficinas Apresentação 2 – ANA – Diagnóstico e Prognóstico do PNRH 2022-2040
10h10	Mesa de Debate sobre Perspectivas para a Melhoria das ações de revitalização de bacia hidrográficas no âmbito do PNRH 2022-2040.  Apresentação do Ministério do Desenvolvimento Regional – MDR – Programa Nacional de Revitalização de Bacias Hidrográficas (PNRBH) - Elaboração do Texto Base e ações. Apresentação da Agência Nacional de Águas e Saneamento – ANA – Pagamento por Serviços Ambientais – Produtor de Águas e PRODES  Apresentação da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – CODEVASF – Apresentação das iniciativas desenvolvidas no Âmbito da Revitalização de Bacias Hidrográficas
11h25	Comentários dos presentes
11h50	Informe sobre as atividades em grupos

Início	Atividade
12h00	Encerramento

Em seguida, no período da tarde, a metodologia proposta previu a divisão em quatro grupos e o debate sobre os temas selecionados com a participação dos presentes no sentido do preenchimento de um formulário conjunto, apresentando as contribuições ao PNRH. A programação aplicada consta do Quadro Erro! Nenhum texto com o estilo especificado foi encontrado no documento.-2, com o debate inicial em um grupo selecionado por cada participante e, posteriormente, a rodada para apresentar contribuições aos outros temas de debate, de acordo com o exposto no Quadro Erro! Nenhum texto com o estilo especificado foi encontrado no documento.-3.

**QUADRO ERRO! NENHUM TEXTO COM O ESTILO ESPECIFICADO FOI ENCONTRADO NO DOCUMENTO.-2 – PROGRAMAÇÃO APLICADA PARA O PERÍODO DA TARDE DA OFICINA TEMÁTICA SOBRE REVITALIZAÇÃO DE BACIAS HIDROGRÁFICAS**

Início	Atividade
14h00	Debate referente ao Tema Escolhido (Grupo Inscrito)
15h40	Intervalo
15h50	Rodada para contribuições nos temas dos outros grupos
17h50	Retorno para conhecimento das contribuições ao Tema Escolhido (Grupo Inscrito)
18h00	Encerramento

Os grupos foram divididos por temas, da seguinte forma:

- Tema 1 – Outorga e Cobrança x Estímulo ao planejamento e aplicação em ações de revitalização de bacias hidrográficas;
- Tema 2 – Planos e Enquadramento: Incorporação de medidas para revitalização de bacias hidrográficas nos PRHs e programas de efetivação do enquadramento;
- Tema 3 – Uso sustentável dos recursos hídricos e eficiência no uso da água nos setores produtivos;

- Tema 4 – Recuperação, conservação e preservação ambiental para garantia da segurança hídrica.

**QUADRO ERRO! NENHUM TEXTO COM O ESTILO ESPECIFICADO FOI ENCONTRADO NO DOCUMENTO.-3 – METODOLOGIA DE DISCUSSÃO ADOTADA NA OFICINA TEMÁTICA SOBRE REVITALIZAÇÃO DE BACIAS HIDROGRÁFICAS**

Tempo (minutos)	Grupo 1	Grupo 2	Grupo 3	Grupo 4
100	Tema 1	Tema 2	Tema 3	Tema 4
10	Intervalo	Intervalo	Intervalo	Intervalo
50	Tema 2	Tema 3	Tema 4	Tema 1
50	Tema 3	Tema 4	Tema 1	Tema 2
20	Tema 4	Tema 1	Tema 2	Tema 3
10	Tema 1	Tema 2	Tema 3	Tema 4
240	Conclusão do evento			

Por fim, de forma semelhante aos eventos anteriores, foram definidas questões motivadoras para dar suporte à discussão sobre cada tema, de forma que os participantes pudessem apresentar contribuições às três etapas de planejamento, envolvendo o diagnóstico, prognóstico e plano de ações do PNRH 2022-2040, de acordo com o Quadro Erro! Nenhum texto com o estilo especificado foi encontrado no documento.-4.

**QUADRO ERRO! NENHUM TEXTO COM O ESTILO ESPECIFICADO FOI ENCONTRADO NO DOCUMENTO.-4 – QUESTÕES MOTIVADORAS PARA DISCUSSÃO DE CADA TEMA.**

Quais as ações integradas têm sido executadas de revitalização de bacias hidrográficas no período do PNRH em vigência (2006-2021) e quais as melhorias observadas?	Quais os problemas e desafios identificados para que as ações de revitalização de bacias hidrográficas sejam implementadas de forma adequada e tenham sucesso?	Quais ações, diretrizes e aprimoramentos devem ser previstos no PNRH 2022-2040 para que o Programa Nacional de Revitalização de Bacias Hidrográficas (PNRBH) seja bem
--	--	---

		sucedido?

Ao final do evento, foi aplicado um formulário online para a avaliação da percepção dos presentes sobre a oficina realizada e apresentação de contribuições para a melhoria, sendo seus resultados expostos no item 1.3.

## 1.1 Contribuições e Formulários Preenchidos

---

A partir da metodologia estabelecida, foi realizada a oficina temática sobre Revitalização de Bacias Hidrográficas no dia 27 de julho de 2021. Os apontamentos e propostas de ações decorrentes da síntese da fala dos participantes da sobre as perspectivas para a melhoria das ações de revitalização de bacias hidrográficas no âmbito do PNRH 2022-2040, na parte da manhã da oficina são apresentados abaixo. Quanto aos formulários preenchidos de forma participativa nos grupos de debate, realizados na parte da tarde da oficina, são apresentados na íntegra no apêndice deste relatório.

### **ARIELE MONTEIRO – Programa Nacional de Revitalização de Bacias Hidrográficas/MDR**

- Apresentou os objetivos e o processo de formulação do Programa Águas Brasileiras;
- Apresentou as bacias que tiveram projetos aprovados no chamamento público piloto para composição do Banco de Projetos. As bacias e quantidade de projetos são: São Francisco - 16 projetos; Parnaíba - 02 projetos; Araguaia -Tocantins - 6 projetos; e sub-bacia Taquari - 02 projetos;
- Destacou o escopo e temas prioritários do Programa e contemplados nos projetos: manejo florestal sustentável, proteção e recuperação de APPs – Áreas de Preservação Permanente, prioritariamente de nascentes e de áreas de recargas de aquíferos; implantação de sistemas agroflorestais, contenção de processos erosivos, soluções sustentáveis de saneamento no meio rural e reúso de água no meio urbano, técnicas de engenharia natural para infiltração da água com comprovação de benefícios ambientais, ações que levem à redução da criticidade hídrica e economia circular de água;
- Apresentou o fluxo de patrocínio dos projetos pelos parceiros e o sistema de monitoramento.

### **DARLAN MESQUITA - MDR**

- Apresentou uma contextualização sobre revitalização de bacia;
- Contextualizou o conceito de revitalização de bacia adotado no MDR, destacando os pontos de interface e integração com os recursos naturais, melhoria das condições socioambientais e o aumento da disponibilidade hídrica;
- Apresentou os marcos históricos importantes para a atual estrutura do Programa de Revitalização de bacia, destacou a contribuição da Codevasf – Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba nesse processo;
- Destacou a importância da integração das questões do território no processo de revitalização de bacia. As ações de revitalização devem estar integradas ao território e suas especificidades;
- Apresentou a estratégia de elaboração do documento-base do Programa Nacional de revitalização de Bacias Hidrográficas, destacando o apoio a formulação de Programas Estaduais de revitalização dos estados da BA, MG, PE e RS por meio de convênios, a implementação de projetos experimentais em sub bacias críticas, o apoio a ações por entes privados (Programas Águas Brasileiras); a elaboração de estudos e apoio à elaboração de projetos, a integração de ações governamentais – MDR, Codevasf, ANA, MMA – Ministério do Meio Ambiente, MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, etc, as subdivisões das regiões hidrográficas para facilitar implementação das ações;
- Apresentou a situação contratual acerca da elaboração do estudo e os produtos que serão entregues: Produto 01 – revisão, análise e síntese dos referenciais técnicos e teóricos relacionados à revitalização e à recuperação de rios e ecossistemas aquáticos; Produto 2 - diagnóstico com a análise integrada e crítica sobre a situação atual das bacias, considerando a descrição das tendências de ocupação do território; Produto 3 – matriz das principais políticas públicas, planos, programas e projetos relacionados à revitalização de bacias e proposição de ações e medidas complementares; Produto 4 – proposição de critérios de priorização de sub-bacias e atividades temáticas; Produto 5 – Proposta de documento-base do Programa para submissão a consulta pública; Produto 6 – texto final com a compilação das contribuições da consulta pública, e; 7 – documentação referente à estruturação dos dados geoespaciais e banco de dados geográficos (BDG).

#### **TIBÉRIO MAGALHÃES PINHEIRO - ANA**

- Apresentou a experiência da ANA na revitalização de bacias através do Programa Produtor de Água;
- Destacou a importância de incorporar e integrar essa experiência no PNRH e em outras políticas;

- Apresentou o arcabouço legal que possibilitou o desenvolvimento do projeto no contexto da ANA, destacando a missão da Agência em garantir a segurança hídrica para o desenvolvimento sustentável do Brasil;
- Apresentou o contexto do Programa destinado a promover a conservação de recursos hídricos no meio rural, visando a segurança hídrica. Na sequência, apresentou os objetivos do Programa, sendo: integrar a gestão de recursos hídrico com a gestão ambiental e com a de uso do solo; apoiar a revitalização de bacias hidrográficas, induzir o desenvolvimento de projetos de conservação de recursos hídricos no meio rural, promover práticas de conservação de água, solo, vegetação e saneamento rural, contribuir para a adequação de propriedades rurais, conciliando produção agrícola e preservação ambiental, estimular a adoção de iniciativas de pagamentos por serviços ambientais no Brasil;
- Apresentou as intervenções apoiadas pela ANA: controle de processos erosivos, construção de terraços, barraginhas, correções de passivos ambientais e saneamento rural;
- Destacou os principais desafios do projeto: aumento da abrangência, ampliação das fontes de financiamento, incorporação dos princípios do Programa nos Planos de Recursos Hídricos, divulgação dos serviços ambientais prestados pelos produtos rurais, aumentar a atuação com os órgãos gestores estaduais e CBHs, capacitação de produtores rurais e técnicos e assistência técnica rural contínua;
- Destacou a importância de aumentar a interface e integração do Programa com a Política de Recursos Hídricos e as setoriais;
- Apresentou oportunidades de integração da outorga com ações de revitalização, a exemplo do realizado no sistema Cantareira com o objetivo de reduzir a erosão e assoreamento, melhorar a captação e infiltração de água da chuva. Destacou a necessidade de os Planos de Recursos Hídricos apresentarem indicação de áreas prioritárias para revitalização e discussão de estratégia implementação dessas ações dentro dos planos de ações, inclusive com a indicação de fontes de financiamentos;
- Destacou a importância de o PNRH incluir a questão considerando que ao final do horizonte do plano também é o prazo para cumprir a meta da década da restauração de ecossistemas declarada pela ONU – Organização das Nações Unidas, que também é o prazo final para o alcance dos ODS – Objetivos do Desenvolvimento Sustentável como última chance de evitar mudanças climáticas catastróficas.

#### **FABRICIO LÍBANO – CODESVASE**

- Apresentou a área de atuação da empresa, destacou que a Codevasf é uma empresa pública vinculada ao MDR e tem como missão desenvolver bacias hidrográficas de forma integrada e sustentável, contribuindo para a redução de desigualdades. Possui atuação em 37% do território nacional, 15 estados e o DF, 22 bacias hidrográficas e 2.675 municípios;

- Apresentou as linhas de negócio em agricultura irrigada, infraestrutura e revitalização de bacia hidrográficas. Destacou que no contexto da revitalização de bacias atuam na recuperação hidroambiental, implantação de sistemas de saneamento básico, estruturação de arranjos produtivos;
- Apresentou os resultados referentes à implantação de projetos e os recursos investidos. Pontuou a redução de recursos destinados a Codevasf nos últimos anos.

## 1.2 Síntese das Contribuições para o PNRH 2022-2040

---

Conforme exposto anteriormente, a metodologia acordada com a equipe técnica do MDR para a análise das contribuições foi por meio da síntese dos resultados apresentados pelos participantes de forma direcionada para cada um dos componentes e programas previstos para o PNRH 2022-2040. A partir dessa síntese e direcionamento, será possível construir cada um dos programas de forma a atender aos anseios da sociedade referente aos participantes dos eventos do PNRH.

Os resultados foram sistematizados de forma direcionada como acordado na metodologia e são apresentados, do Quadro Erro! Nenhum texto com o estilo especificado foi encontrado no documento.-5 ao Quadro Erro! Nenhum texto com o estilo especificado foi encontrado no documento.-8 com os comentários dos participantes da oficina temática sobre revitalização de bacias hidrográficas para os temas relacionados aos 21 programas previstos para o PNRH 2022-2040. Dessa forma, com base na síntese dos quadros construídos em questão, será possível dar suporte ao MDR e ANA para o detalhamento de cada um dos programas do PNRH, com ações voltadas ao atendimento dos anseios dos participantes do evento.

**QUADRO ERRO! NENHUM TEXTO COM O ESTILO ESPECIFICADO FOI ENCONTRADO NO DOCUMENTO.-5 – COMENTÁRIOS DA OFICINA TEMÁTICA SOBRE REVITALIZAÇÃO DE BACIAS HIDROGRÁFICAS PARA OS TEMAS VOLTADOS AO COMPONENTE I – FORTALECIMENTO DO SINGREH**



I - Fortalecimento do SINGREH			
01. Apoio aos Órgãos Gestores Estaduais.	02. Criação e fortalecimento dos Comitês de Bacia Hidrográficas	03. Agências de Bacia e Entidades Delegatárias.	04. Comunicação, Capacitação e Educação Ambiental.
Terceiro ponto, há falta de projetos físicos de recuperação. Nesse sentido se mostra importante investir em subsídios a elaboração dos projetos, possivelmente através do fortalecimento da assistência técnica	Desafio de integrar e coordenar as ações nas esferas municipal, estadual e federal, com contribuição dos Comitês de Bacias, porque as ações podem conflitar com os interesses diversos. Observamos que em discussões dos próprios comitês não há consenso sobre as prioridades e direcionamentos.		Importante conscientizar a população em que todos podem poluir ou prejudicar os corpos hídricos e, com isso, todos podem e devem participar de ações de revitalização.
O sistema de gestão existe, porém há uma extrema lentidão nos processos. É necessário otimizar processos e utilizar os recursos que são escassos de forma consciente e prioritária. Encontrar mecanismos efetivos que priorizem os processos, vinculando equipe técnica aos projetos	Processo esse com a participação de toda a sociedade. Os comitês não conseguem abranger os municípios, embora esses estejam inseridos nas bacias.		Entender o processo de revitalização no contexto da gestão do território. Fundamental entender que para todos os aspectos da sociedade a revitalização é importante.
aprimorar o sistema de monitoramento dos efluentes industriais. Os órgãos ambientais responsáveis por estas ações em efetivo reduzido	Necessidade de participação e controle social no âmbito da gestão ambiental		Implantar programas como o Produtor de águas. É necessário sensibilizar os produtores rurais e apresentar formas de financiamento. Fundamental envolver o produtor rural na recuperação demonstrando que ele só terá ganhos com as ações.
	Programa Águas Brasileiras estar sendo construído sem a participação dos atores da gestão das águas, em especial, sem a participação dos comitês de bacias.		A minha questão é: como a gente envolve a população na recuperação das áreas degradadas? Lembrando a importância das culturas, lendas que conectam vários povos à natureza. A globalização diluiu isso em muitas regiões. Acho um fator importantíssimo fazer este resgate de cultura, para o resgate do respeito do homem pela natureza.
	Citou que CBHs podem ter papel de destaque e fundamental na articulação dos diversos setores interessados.		A solução vem com diálogo, conhecimento técnico e não confrontação. Gerar soluções com esta filosofia. Todos os atores são fundamentais para a resolução integrada dos problemas apresentados.

I - Fortalecimento do SINGREH			
01. Apoio aos Órgãos Gestores Estaduais.	02. Criação e fortalecimento dos Comitês de Bacia Hidrográficas	03. Agências de Bacia e Entidades Delegatárias.	04. Comunicação, Capacitação e Educação Ambiental.
	<p>Maior envolvimento da população. Falta de programa nacional, lei única, que leve em consideração o trabalho dos comitês diretamente à sociedade. Precisa haver um planejamento em nível nacional. Há um conflito político.</p>		<p>Cada bacia deveria ter seu próprio planejamento, de acordo com sua realidade e características. O governo deveria criar mecanismos de educação e políticas públicas, além de preservação ambiental com mais segurança para as mais vulneráveis. Trabalhar com educação para a população local, com capacitação para que tenham a conscientização da importância da conservação do meio ambiente.</p>
	<p>é preciso utilizar a ferramenta que existe, que é o comitê de bacia hidrográfica. Quando é discutida a revitalização de bacia é impossível dissociar aos biomas. É preciso viabilizar o pacto nacional da gestão das águas. Os comitês de bacia hidrográfica do ES construíram o planejamento do uso da água. Precisa haver os comitês e ferramentas de gestão para implementar estas políticas.</p>		<p>O grande desafio é a construção e o fortalecimento da Governança, especialmente a local. É necessário focar na construção de uma sociedade consciente, integrada e mobilizada;</p>
	<p>cobrar responsabilidades dos setores envolvidos, SMAs dos estados e municípios. Maior participação dos CBHs, com maior atenção da ANA.</p>		<p>pouco entendimento sobre o que significa revitalização. A questão da educação ambiental não é tratada de forma prioritária. Há uma crise de cidadania, todos somos usuários e consumidores. Qualificação das pessoas para lidar com decisões com base na consciência.</p>
	<p>Citou que muitas vezes órgão gestor efetua ações separadas dos CBHs. Entende que é necessário envolver CBH, e envolver municípios. Destacou que CBHs possuem cargos estipulados para representantes dos municípios.</p>		<p>Grande desafio de considerar questões sociais em processos de revitalização de bacias degradadas urbanas – revitalização de rios urbanos</p>
	<p>Citou exemplos de Consórcios de Bacias, como o caso do PCJ. Trabalho coletivo entre os CBHs pode ser um dos caminhos para fortalecer a gestão dos recursos hídricos.</p>		<p>Sentimento das pessoas de não corresponsabilidade em relação aos problemas da bacia.</p>
	<p>Além disso, um dos principais problemas é a alocação de recursos financeiros. Sugere que recursos sejam alocados de forma a fornecer condições que os CBHs exerçam sua função. CBHs não tem, no geral, condições financeiras de exercer sua função.</p>		<p>Prever Planos de Educação Ambiental dos CBHs alinhados aos programas e ações de revitalização de bacias hidrográficas</p>

I - Fortalecimento do SINGREH			
01. Apoio aos Órgãos Gestores Estaduais.	02. Criação e fortalecimento dos Comitês de Bacia Hidrográficas	03. Agências de Bacia e Entidades Delegatárias.	04. Comunicação, Capacitação e Educação Ambiental.
	os instrumentos de gestão precisam ser aplicados. Comitês com maior transparência. Maior fiscalização do órgão gestor, utilização de recursos com prioridade e transparência. Os comitês são espaços para ouvir a sociedade. Políticos precisam utilizar recursos de forma consciente. Os comitês devem ter gestão transparente. O PNRH tem que lançar diretrizes: não deixar o órgão gestor utilizar recurso sem obedecer ao plano de bacia, de forma a fazer política.		Prever ações de revitalização no contexto dos processos de educação ambiental.
			Importante prever ações de revitalização no contexto daquelas de educação ambiental, indicando sempre nos respectivos programas
			Prever ações de revitalização alinhadas aos Planos de Educação Ambiental dos CBHs. Os Planos de Educação Ambiental devem estar alinhados às políticas públicas estruturantes de Educação Ambiental
			Também, o papel das universidades como instituições que podem ser centro ou polos de capacitação e articuladoras para Projetos em todos os municípios.
			: Necessidade de evidenciar o papel e importância da Educação Ambiental (EA) para a preservação ambiental para garantia da segurança hídrica. A lei Federal de EA traz já obrigatoriedade para todos os níveis e modalidades de ensino
			É importante dar maior ênfase a educação ambiental visando a recuperação, conservação e preservação ambiental;
			Citou importância da educação ambiental para eficácia das ações previstas nos Planos. Pontuou experiência no estado do Pará, onde há abundância de recursos hídricos, mas problemas na sua gestão.
			Em relação à educação ambiental: necessário pensar no uso consciente dos recursos hídricos

I - Fortalecimento do SINGREH			
01. Apoio aos Órgãos Gestores Estaduais.	02. Criação e fortalecimento dos Comitês de Bacia Hidrográficas	03. Agências de Bacia e Entidades Delegatárias.	04. Comunicação, Capacitação e Educação Ambiental.
			Contribuição para resposta da Questão 02: Cumprimento da Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA, 1999); Maior comprometimento dos membros dos Comitês de Bacias Hidrográficas e estruturação destes Comitês
			É importante abordar na educação ambiental os impactos das hidrelétricas;
			Para termos uma segurança hídrica de verdade, só através da educação. A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais
			Conscientização dos atores envolvidos nos setores de industrial e agricultura para financiamento de projetos de recuperação.
			Destacou importância de sensibilização ambiental e conscientização dos usuários. Atualmente, não vemos impacto positivo de ações de revitalização, mas vemos impactos da poluição.
			Pouca participação das populações indígenas nos processos de planejamento e execução dos programas e ações de revitalização de bacias.
			Desafio de integrar e coordenar as ações nas esferas municipal, estadual e federal, com contribuição dos Comitês de Bacias, porque as ações podem conflitar com os interesses diversos. Observamos que em discussões dos próprios comitês não há consenso sobre as prioridades e direcionamentos.

**QUADRO ERRO! NENHUM TEXTO COM O ESTILO ESPECIFICADO FOI ENCONTRADO NO DOCUMENTO.-6 – COMENTÁRIOS DA OFICINA TEMÁTICA SOBRE  
REVITALIZAÇÃO DE BACIAS HIDROGRÁFICAS  
PARA OS TEMAS VOLTADOS AO COMPONENTE II – IMPLEMENTAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE GESTÃO**

II - Implementação dos Instrumentos de Gestão					
05. Outorga Programa	06. Fiscalização Programa	07. Cobrança Programa	08. Enquadramento dos Corpos Hídricos em Classes de Uso Programa	09. Planos de Recursos Hídricos Programa	10. Sistema Nacional de Informação em Recursos Hídricos
Prioridades de outorga podem utilizar como base de informações de revitalização e eficiência no uso da água	Destaca o cenário caótico da gestão ambiental no país. Nesse sentido é fundamental o fortalecimento e a fiscalização e ações para reduzir/inibir o desmatamento; Desafio de recuperar as bacias frente ao aumento do desmatamento; O desafio é aumenta a conscientização ambiental sobre a conservação das áreas de recarga, áreas de proteção ...	Devem ser apresentadas diretrizes para a cobrança pensando na possibilidade de arrecadar recursos para financiamento das ações de revitalização.	Apresentar diretrizes mais claras de outorga advindas dos planos e dos enquadramentos e que de alguma forma levem ao incentivo a ações de revitalização.	Pontuou que ações de revitalização necessitam de recursos. Uma das diretrizes para garantir o aporte de recursos é a sua estipulação pelos Planos de bacia	falta de dados e informações – para que seja feito um plano/programa de revitalização é necessário conhecer primeiro o que temos.
Prever mais ações de monitoramento para verificar se os critérios de outorga que incentivam programas de revitalização estejam sendo cumpridos	Destaca a importância das ações de fiscalização, especialmente dos lançamentos de efluentes	Concorda com questões de revisão das metodologias e critérios de cobrança que podem levar a recursos para ações de revitalização.	Incorporar ao enquadramento dos corpos de água a classificação da qualidade ecológica dos ambientes aquáticos	As ações que estão sendo desenvolvidas não são sustentáveis, não há plano, medida de enquadramento e cobrança para tal.	Desafio de obter dados mais confiáveis para definir as bacias ou áreas que necessitam ações de revitalização e também para monitorar os resultados
Diretrizes para que a outorga tenha com um dos critérios o fortalecimento de programas de revitalização de bacias	experiência com falta de fiscalização, e com poluição dos recursos hídricos, mesmo que o usuário pague por seu uso.	Revisar nos CBHs as metodologias de cobrança de forma a redistribuir os valores de cobrança entre setores usuários e discutir melhor as ações para as quais serão feitos os gastos dos recursos, prevendo ações de revitalização em meio rural	Citou necessidade da discussão sobre enquadramento na região do semiárido, especificamente para rios intermitentes.	Planos de recursos hídricos devem prever programas que considerem apoio financeiro às bacias para investimento em ações de revitalização de bacias, em especial em áreas de recarga de aquíferos	Proposição de um banco de dados único que seja alimentado de forma conjunta para garantir o atendimento de necessidades locais, regionais e nacionais.

II - Implementação dos Instrumentos de Gestão					
05. Outorga Programa	06. Fiscalização Programa	07. Cobrança Programa	08. Enquadramento dos Corpos Hídricos em Classes de Uso Programa	09. Planos de Recursos Hídricos Programa	10. Sistema Nacional de Informação em Recursos Hídricos
Apresentar diretrizes mais claras de outorga advindas dos planos e dos enquadramentos e que de alguma forma levem ao incentivo a ações de revitalização.	aprimorar o sistema de monitoramento dos efluentes industriais. Os órgãos ambientais responsáveis por estas ações em efetivo reduzido	o usuário com a cobrança não resolverá o problema das bacias, há um passivo ambiental muito grande. Outros setores do governo tem um compromisso em resolver estes problemas. Não se deve contar apenas com os recursos da cobrança para a revitalização da bacia	Revisão do enquadramento das águas de recursos hídricos intermitentes.	Apresentar diretrizes mais claras de outorga advindas dos planos e dos enquadramentos e que de alguma forma levem ao incentivo a ações de revitalização.	Há um problema no acesso às informações. Acesso ao banco de dados de um sistema nacional de informações, de forma integrada
Consideração de critérios de outorga que estimulem ações de revitalização de bacias.	Aumentar a fiscalização e a penalização das empresas de saneamento que cobram para fazer o tratamento de efluentes e jogam parte desses resíduos diretamente no Rio	A cobrança pelo uso da água não dará conta de suprir os danos causados até hoje, porém levanta recurso para oxigenar o sistema e otimiza o recurso, visto que quem gasta mais, paga mais.	Pontuou que muitos rios não se encontram mais enquadrados na Classe original, devido ao aumento da poluição (por exemplo, rios originalmente Classe 2 estão em Classe 3). Desafio é manter a qualidade dos rios na Classe em que foram enquadrados.	Prever integração de ações do PNRH com planos de bacias hidrográficas e PERHs	O sistema de informações é pouco utilizado pela sociedade.
Harmonizar critérios de outorga entre diferentes dominialidades para bacias hidrográficas interestaduais.		a cobrança pelo uso da água é muito baixa em relação a demanda que existe. Uma saída seria a contrapartida. As compensações ambientais nem sempre recuperam e compensam os passivos, muitas vezes são utilizadas para suprir outras demandas. Não é de fato usada para compensar ou revitalizar a bacia. O valor da cobrança deve ser revisto. O plano de bacia deveria ter um peso maior, com penalizações, por exemplo	Desafio: Aplicar Planos e enquadramento em microbacias. Citou experiência na revitalização de Mariana (MG) e em outros trechos urbanos. Preocupação com falta de enquadramento de corpos hídricos no Brasil. Entrave à programas de revitalização.	Dificuldade de integrar essas iniciativas, no âmbito do PNRH Identificar um formato (Programa, Plataforma?) para reunir todas as iniciativas no Plano, por bacia hidrográfica	

II - Implementação dos Instrumentos de Gestão					
05. Outorga Programa	06. Fiscalização Programa	07. Cobrança Programa	08. Enquadramento dos Corpos Hídricos em Classes de Uso Programa	09. Planos de Recursos Hídricos Programa	10. Sistema Nacional de Informação em Recursos Hídricos
Considerar critérios de outorgas sazonais como forma de dar suporte ao incremento das ações de revitalização. Definição de usos prioritários		Discutir formas de revisar metodologias e critérios de cobrança com vistas a ampliar fontes de recursos para ações de revitalização.	Pontuou falta de enquadramento no país. Necessário fortalecer este instrumento, para que possa ser implementado	Não há ações integradas. A Lei das Águas não indica estas ações – municípios não foram abordados. É necessário que se resolvam os mecanismos legais para esta participação integrada. A lei de recursos hídricos não estipula prazos.	
Definição de usos prioritários		Sobre comentário anterior: entende que enquadramento e cobrança por uso dos recursos hídricos são ações que consideram a revitalização.	considera que enquadramento é um dos instrumentos mais atrasados da gestão dos recursos hídricos. Enquadramento está relacionado à definição de usos preponderantes na bacia. O enquadramento é um bom instrumento para indicação dos maiores interessados na revitalização da bacia hidrográfica e seriam também os possíveis colaboradores para auxiliar na execução das ações de conservação hídrica da bacia, já que seriam os maiores beneficiários pelo aumento da resiliência da bacia, por meio da revitalização. Os maiores interessados se refere aos usos preponderantes, que em caso de redução de disponibilidade hídrica, seriam os que sofreriam os maiores impactos.	Há uma deficiência em ação integrada, não há. Há muitas ações pontuais, e isto é uma falha no sistema de gestão dos recursos hídricos. Falta a visão espacial do território	

II - Implementação dos Instrumentos de Gestão					
05. Outorga Programa	06. Fiscalização Programa	07. Cobrança Programa	08. Enquadramento dos Corpos Hídricos em Classes de Uso Programa	09. Planos de Recursos Hídricos Programa	10. Sistema Nacional de Informação em Recursos Hídricos
Deve ser feito primeiro um mapeamento das propriedades e levantamento da capacidade hídrica dos rios e as outorgas devem ser feitas de acordo com a quantidade de produtores que existem ao redor – prioridade em todas as bacias e micro bacias dos rios		Quando se fala em revitalização, a cobrança é um instrumento importante como fonte de recurso. Revitalizar onde é mais importante, plano de bacia e enquadramento é que devem fazer esta orientação. Custos associados não podem impactar a sociedade de forma a não conseguir transformá-los em processos exequíveis. A regeneração natural deve ser prioridade, reuso deve ser prioridade. Revitalizar é muito mais caro do que preservar. A relação custo-benefício dos projetos precisa ser viável. A revitalização precisa ser sustentável.	em relação ao comentário anterior: reitera necessidade de fortalecer enquadramento. Considera que atualmente, enquadramento precisa ser aprimorado e aperfeiçoado numa visão ecossistêmica para a gestão ambiental. Precisamos de visão mais sistêmica do enquadramento. Além do enquadramento, ressalta necessário incorporar a classificação da qualidade ecológica dos ambientes aquáticos. Citou exemplo de caracterizar as margens, flora e demais características nos trechos dos corpos hídricos. Desta maneira, poderá definir as ações de revitalização.	entende que poucos Planos abordam áreas sujeitas à restrição de uso. Entende necessário levantamento que indique esta deficiência, e ações que incentivem sua realização.	
Não informação pela base (prefeituras municipais, CBHs estaduais) do sistema de outorga.		O recurso para preservação da bacia deve vir do uso (cobrança) ou uso – a arrecadação dos recursos deve estar vinculada à preservação da bacia.	destacou que enquadramento deve ser implementado. Enquadramento envolve diversos setores, e [e necessário para a revitalização	Pontuou que os Planos são um instrumento da PNRH, e por isso tem um lastro legal que os legitima. Programas não possuem essa mesma segurança legal.	
é preciso aperfeiçoar a governança. Não há cadastro dos usuários de forma completa, tendo as informações necessárias. A parte de cadastro e outorga deve ser fortalecida. O grande desafio sem interferir no planejamento dos usos, é como garantir que esses usos produtivos não interfiram nos usos múltiplos das águas. Estabelecer mecanismos que possam		Definir diretrizes mais claras para o financiamento de ações de revitalização com os recursos da cobrança	Necessário fortalecer enquadramento, para que possa ser implementado.	Citou problema com enquadramento na Baixada Santista. Citou dificuldade no relacionamento da universidade e institutos de pesquisa com CETESB. Sugeriu diretriz no PNRBH que preveja essa ponte entre as universidades e órgãos estaduais.	



II - Implementação dos Instrumentos de Gestão					
05. Outorga Programa	06. Fiscalização Programa	07. Cobrança Programa	08. Enquadramento dos Corpos Hídricos em Classes de Uso Programa	09. Planos de Recursos Hídricos Programa	10. Sistema Nacional de Informação em Recursos Hídricos
Outorga depende de monitoramento – bom monitoramento no Brasil. Temos ferramentas muito apropriadas para fazer uma boa utilização da outorga, é importante colocá-la em prática		Poucos Estados conseguiram implantar os sistemas de cobrança pelo uso da água, que me parecem fundamentais como “financiadores” das ações de Revitalização, revertendo recursos diretamente a sua bacia de origem. Então, auxiliar que esse instrumento seja ampliado. Por exemplo, ampliar pilotos em bacias que sirvam de exemplo de prática de implantação do sistema para as demais bacias de uma região hidrográfica.	Como podemos pensar no enquadramento no contexto original em que foi previsto na Lei 9433? Hoje enquadramento é visto como “licença para o quanto pode ser poluído” ao invés de “como deve ser preservado”.	Os planos precisam ser implementados de fato, pelo menos nas questões prioritárias.	
Implementar os instrumentos de gestão. Outorga e cobrança funcionando de maneira harmônica, garantindo os usos múltiplos e sustentabilidade do uso na bacia.		Implantação do sistema de cobrança pela água para que este valor seja investido em projetos de recuperação e revitalização de bacias hidrográficas. Integração entre os planos de governo nas diferentes escalas (PAC, Planos de RH, Plano de Saneamento, Plano de Desenvolvimento Agrícola, PNRH). ANA, governos estaduais e municipais e CBHs precisam estar integrados. A questão da sustentabilidade deve ser considerada em todos os seus aspectos: social, ambiental, econômica e cultural.	Precisamos de visão efetiva de como as ações de revitalização impactam o enquadramento	Citou exemplo de Plano em elaboração em Goiás. Plano possui a previsão de elaboração de cadernos específicos para os municípios. Citou importância de envolver os municípios nos Planos de bacia, para resolver os problemas locais. É necessário que município se sinta parte do Plano de Bacia, para garantir sua exequibilidade.	

II - Implementação dos Instrumentos de Gestão					
05. Outorga Programa	06. Fiscalização Programa	07. Cobrança Programa	08. Enquadramento dos Corpos Hídricos em Classes de Uso Programa	09. Planos de Recursos Hídricos Programa	10. Sistema Nacional de Informação em Recursos Hídricos
A outorga mais efetiva deveria ser aquela que vem do enquadramento mais adequado		A cobrança pode ter interferência política. A indústria paga de 8 a 10 vezes mais pela água bruta do que o produtor rural. Grandes usuários precisam ser responsabilizados pelos problemas ambientais que causam. O sistema de cobrança precisa funcionar integrado em diversos níveis. Já há lei única, porém, precisa ser colocada em prática.	Sobre comentário anterior: entende que enquadramento e cobrança por uso dos recursos hídricos são ações que consideram a revitalização.	Reiterou que municípios são, de maneira geral, os responsáveis pela execução das metas e diretrizes previstas nos Planos.	
Incorporação da vazão ecológica nas discussões de revitalização. A garantia de uma vazão mínima ecológica para os ecossistemas aquáticos passa pela revitalização e conservação de bacias.		Se o mecanismo da cobrança não for implementado, não haverá recursos para esta implementação. Cobrança = sustentabilidade financeira.	Enquadramento talvez seja instrumento que faça relação entre gestão dos recursos hídricos e uso e ocupação do solo. Uso e ocupação do solo são essenciais para que metas de enquadramento sejam atingidas. Enquadramento é bom instrumento para medir efetividade da articulação entre setores, e a efetividade da revitalização de bacias.	Falta de plano de bacia para as regiões produtoras, quando se fala em irrigação e produtividade.	
		sobre o setor hidrelétrico, exceto que a cobrança pelo uso do setor elétrico (CFURH) vai para estados e municípios. Seria o caso de ter diretriz destes recursos, que são de cobrança pela água, para investimentos na bacia segundo o plano de bacias	Citou que enquadramento deve conversar diretamente com as metas estabelecidas pelo novo marco legal do saneamento. Destacou que estabelecimento de metas de enquadramento afetam o planejamento de investimentos financeiros a serem dispendidos pelas companhias de saneamento, para atendimento das metas estabelecidas. Enquadramento deve ser discutido nesse contexto do novo marco legal.	O plano de bacia deveria ser o norte do planejamento, o ponto de partida. O plano de bacia deveria integrar todos os outros planos.	

II - Implementação dos Instrumentos de Gestão					
05. Outorga Programa	06. Fiscalização Programa	07. Cobrança Programa	08. Enquadramento dos Corpos Hídricos em Classes de Uso Programa	09. Planos de Recursos Hídricos Programa	10. Sistema Nacional de Informação em Recursos Hídricos
		<p>Cobrança do uso da água: necessário haver compromisso dos CBHs e municípios para utilizar recursos obtidos pelo uso da água para fins a quais foram destinados inicialmente. Citou exemplo do setor elétrico.</p>	<p>Enquadramento define as metas de qualidade que devem ser atingidas para determinado corpo hídrico. Citou classe especial e classe 1 – foco nessas áreas deve ser de preservação. Em áreas urbanas, em geral, usos são menos exigentes do que classe 1, por exemplo. Ações como reúso podem ser previstas nestas áreas, por exemplo.</p>	<p>fortalecer esta relação e garantir os usos múltiplos das águas. Olhar integrado no planejamento sobre os usos produtivos. Identificar este planejamento setorial dos usos da água (comitês).</p>	
		<p>Em relação ao comentário anterior: entende que forma de captação de recursos é que cada usuário contribua um pouco. Entende necessário esclarecer quais os mecanismos de cobrança disponíveis. Necessário desmistificar ideia da cobrança como algo caro/oneroso.</p>	<p>Citou exemplo de intervenções na área rural: cercamento de nascentes, por exemplo, demanda pouco investimento. Intervenções em classe 2, classe 3, já demandam ações e investimentos maiores, que produtores rurais dificilmente conseguirão fazer sozinho.</p>	<p>SÓ TROCARIA OS SUBSÍDIOS PARA SETORES POR INVESTIMENTOS SEGUINDO O PLANO DE BACIAS NO ÂMBITO DO CBH ASSOCIADO, PARA AUMENTANDO CONTROLE SOCIAL</p>	
		<p>Implementar os instrumentos de gestão. Outorga e cobrança funcionando de maneira harmônica, garantindo os usos múltiplos e sustentabilidade do uso na bacia.</p>	<p>concorda com as colocações anteriores, de que enquadramento está relacionado à gestão ambiental.</p> <p>Enquadramento: necessário estabelecer metas de enquadramento, de acordo com as características da bacia e metas estabelecidas nos Planos.</p> <p>Para isso, é necessário monitoramento da qualidade de água. Citou exemplo do Plano da Bacia do São Francisco e da Bacia do Salitre, que possui propostas de enquadramento.</p>		

II - Implementação dos Instrumentos de Gestão					
05. Outorga Programa	06. Fiscalização Programa	07. Cobrança Programa	08. Enquadramento dos Corpos Hídricos em Classes de Uso Programa	09. Planos de Recursos Hídricos Programa	10. Sistema Nacional de Informação em Recursos Hídricos
		A cobrança decorrente da outorga tem como pretensão racionalizar o uso			
		As grandes empresas devem ser cobradas pelo uso da água e implementar programas de conservação e educação ambiental (ex. Coca-Cola).			
		: Quando é feito o plano de bacia, há um processo de diagnóstico, prognóstico, etc. se é criado um planejamento investimento e aplicação, é sabido o valor que será demandado para tais ações previstas no plano. A cobrança não supre o valor necessário para estas demandas. O acesso à verba federal não é disponibilizado como deveria. As parcerias, os usuários e gestores públicos – arranjos institucionais			
		monitoramento como embasamento para cobrança do lançamento de efluentes. Implantação da cobrança no uso rural.			

II - Implementação dos Instrumentos de Gestão					
05. Outorga Programa	06. Fiscalização Programa	07. Cobrança Programa	08. Enquadramento dos Corpos Hídricos em Classes de Uso Programa	09. Planos de Recursos Hídricos Programa	10. Sistema Nacional de Informação em Recursos Hídricos
		Em locais onde foi feito plano de microbacia, houve educação ambiental, valorização da produção. O pequeno agricultor deve ser valorizado, porém cobrado. O valor é muito baixo, especialmente para o agricultor. Os agricultores quando reunidos em comitê gestor são tirados de “uso insignificante” e podem ser incluídos em processos de empréstimo do BID.			
		É fundamental que os pequenos produtores participem do processo . A alocação dos recursos financeiros precisa ter orientação e planejamento, visando beneficiar os setores e especialmente para o setor agropecuário.			

**QUADRO ERRO! NENHUM TEXTO COM O ESTILO ESPECIFICADO FOI ENCONTRADO NO DOCUMENTO.-7 – COMENTÁRIOS DA OFICINA TEMÁTICA SOBRE  
REVITALIZAÇÃO DE BACIAS HIDROGRÁFICAS  
PARA OS TEMAS VOLTADOS AO COMPONENTE III – QUALIDADE E QUANTIDADE**

III - Qualidade e Quantidade				
11. Águas superficiais	12. Águas Subterrâneas	13. Monitoramento	14. Gestão de conflitos	15. Segurança Hídrica
Destaca que um dos principais impactos nos corpos hídricos provem dos efluentes sanitários		Melhorias de informações e eficiência no uso da água podem dar suporte à definição de prioridades de revitalização em bacias críticas	Recôncavo Norte da Bahia. Pontuou que conflitos por uso da água não serão resolvidos sem pacto/contrato para o uso da água. Entende que, atualmente, não respeitamos a capacidade de uso e recarga dos municípios. Citou exemplo local da Bahia, onde há mais outorgas do que deveria ser permitido.	No PNRBH prever atenção especial para os estados nordestinos e bacias que sofrem com escassez de água.
É necessário atuar conjuntamente frente a esse grande desafio. Na questão de Disponibilidade Hídrica, necessário unir ações com INMET para previsões climatológicas futuras e estudos de séries históricas de vazões e chuvas para obtenção de dados, para uso de projetos para os diversos usuários.		Quero enfatizar a necessidade de geração de informações em escala adequada	Há um conflito no uso da água, visto que uns tem mais acesso do que outros. Criação de políticas de incentivo para a preservação das áreas e rios.	Desafio de adotar cenários de variações climáticas para as discussões de disponibilidades hídricas e, consequentemente, a revitalização de bacias. Melhorias de informações e eficiência no uso da água podem dar suporte à definição de prioridades de revitalização em bacias críticas
Um dos desafios está na identificação das áreas de recarga. Segundo ponto, identificação das fontes de poluição e realizar ações para mitigação dos impactos. Terceiro ponto, há falta de projetos físicos de recuperação. Nesse sentido se mostra importante investir em subsídios a elaboração dos projetos, possivelmente através do fortalecimento da assistência técnica		Trabalhar efetivamente uma boa malha de avaliação para que se tenha um bom diagnóstico da bacia, compreendendo quais seriam as ações para uso sustentável dos recursos hídricos.	A solução vem com diálogo, conhecimento técnico e não confrontação. Gerar soluções com esta filosofia. Todos os atores são fundamentais para a resolução integrada dos problemas apresentados.	Geração Distribuída de energia elétrica a partir de placas solares flutuantes em reservatórios de água de abastecimento público e/ou reservatório para hidrelétrica, resultando na diminuição do uso carga hídrica, fechando comportas e diminuindo a evaporação, criando o aumento da Segurança Hídrica
Citou que revitalização também depende da capacidade autodepurativa e características físico-químicas dos corpos hídricos.		monitoramento como embasamento para cobrança do lançamento de efluentes. Implantação da cobrança no uso rural.		A recuperação, conservação e preservação ambiental para garantia da segurança hídrica passa também pela construção da governança local. Ou seja, a PNRH precisa ter uma ponte com os municípios, nos quais seria fundamental a criação de políticas para a gestão hídrica.

III - Qualidade e Quantidade				
11. Águas superficiais	12. Águas Subterrâneas	13. Monitoramento	14. Gestão de conflitos	15. Segurança Hídrica
reiterou necessidade de fazer avaliação sistêmica , considerando características ecológicas e não somente as características físico químicas dos recursos hídricos.		Outorga depende de monitoramento – bom monitoramento no Brasil. Temos ferramentas muito apropriadas para fazer uma boa utilização da outorga, é importante colocá-la em prática		O PNRH deve prever o fomento da governança local nas questões de recuperação, conservação e preservação ambientais e de segurança hídrica
Trabalhar questões de escoamento superficial, processos erosivos.		Não há informação sobre quem e quanto está usando da água.		Importância de pensar como melhorar a segurança hídrica sem comprometer os ecossistemas
Premiar melhores práticas de eficiência no uso da água				A LEI NÃO É SUFICIENTE PARA GARANTIR SEGURANÇA HÍDRICA.
O comprometimento da qualidade das águas impacta os sistemas de tratamento de água e a qualidade da água disponibilizada a sociedade;				Já existem estudos mostrando que o novo Código Florestal não garante a conservação dos recursos hídricos

III - Qualidade e Quantidade				
11. Águas superficiais	12. Águas Subterrâneas	13. Monitoramento	14. Gestão de conflitos	15. Segurança Hídrica
<p>Outro aspecto a ser considerado diante do Novo Marco do Saneamento e a possibilidade de empresas diversas adentrarem este setor/prestação de serviços e a nova Norma de Potabilidade da Água para Consumo Humano por meio da Portaria GM/MS nº 888, de 04 de maio de 2021. A nova portaria alterou o Anexo XX da Portaria de Consolidação GM/MS nº 5/2017, que dispõe sobre os procedimentos de controle e de vigilância da qualidade da água para consumo humano e seu padrão de potabilidade. Como garantir a qualidade da água frente à tantos agentes poluidores na bacia hidrográfica? A legislação não pode exigir ou punir somente um setor pela qualidade da água da bacia hidrográfica (input no sistema). As empresas de saneamento devem garantir a qualidade da água para abastecimento público, isso sim, é dever. Mas e a qualidade de água que é captada, que chega nas estações de tratamento de água???</p> <p>Se não houver ações de educação ambiental, recuperação, conservação e proteção na bacia hidrográfica, através de trabalho conjunto dos comitês de bacia, órgãos reguladores e fiscalizadores, Estado e sociedade, empresas de saneamento, os diversos usuários de recursos hídricos (saneamento, indústria, agropecuária, mineração, pesca, lazer, transporte fluvio-marítimo), ONGs, escolas e universidades, e demais representantes da sociedade civil, não há como garantir segurança hídrica em questão de qualidade</p>				<p>O PNRH deve promover a adoção dessas novas alternativas. É importante tomar o devido cuidado com a relação da revitalização como garantia a segurança hídrica. Não serão tais ações que promoverão a segurança hídrica. Elas irão contribuir, mas não devem ser apontadas como a única alternativa para a garantia da segurança hídrica</p>



III - Qualidade e Quantidade				
11. Águas superficiais	12. Águas Subterrâneas	13. Monitoramento	14. Gestão de conflitos	15. Segurança Hídrica
				Diretriz: este tipo de empreendimento deve ser aprovado pelos CBHs. Ressaltou que condição é mais frágil com a MP 9055, do setor elétrico, na ocasião de crise hídrica. ANA deveria estar à frente de situações de crise hídrica.
				Ter uma diretriz específica de proteção ao cerrado, visando resolver o problema da escassez de água. Leis e diretrizes que deem prioridade às comunidades tradicionais e mais vulneráveis.
				Para não ser repetitivo no que disse no período anterior, acredito que para garantia da segurança hídrica devemos priorizar a alocação de recursos (financeiros, científico, humanos etc.) para promover ações de produção agropecuária sustentável, pois é o setor que está mais ligado com a preservação dos recursos naturais, principalmente frente a qualidade e quantidade de água. Incentivos financeiros, fiscais, entre outros, podem ser uma ferramenta para potencializar ações voluntárias que promovam a segurança hídrica nas bacias hidrográficas.
				É exatamente essa a gravidade que eu mencionei anteriormente Se a questão é SEGURANÇA HÍDRICA, a Lei deve se por a favor desta segurança, claro que respeitando e favorecendo os menos favorecidos com pagamento por serviços ambientais!

III - Qualidade e Quantidade				
11. Águas superficiais	12. Águas Subterrâneas	13. Monitoramento	14. Gestão de conflitos	15. Segurança Hídrica
				<p>Os três pilares de atuação para ampliar a segurança hídrica 1º Gestão dos rios 2º Gestão da oferta partidas 3º Gestão da demanda. O ponto de partida para ampliar a segurança hídrica no longo prazo é a compreensão da exposição e da sensibilidade de cada região a um determinado conjunto de impactos e a formulação de respostas na forma de políticas públicas e investimento para revitalização das nascentes e afluentes dos rios e cogos. segurança hídrica é assegurar à atual e às futuras gerações. relacionados com a água, incluindo montanhas, florestas, zonas úmidas, rios, aquíferos e lagos. Apoiar e fortalecer a participação das comunidades local.</p>

**QUADRO ERRO! NENHUM TEXTO COM O ESTILO ESPECIFICADO FOI ENCONTRADO NO DOCUMENTO.-8 – COMENTÁRIOS DA OFICINA TEMÁTICA SOBRE  
REVITALIZAÇÃO DE BACIAS HIDROGRÁFICAS  
PARA OS TEMAS VOLTADOS AOS COMPONENTES IV – INTEGRAÇÃO COM OUTRAS POLÍTICAS E PLANEJAMENTOS SETORIAIS  
E V – GERENCIAMENTO DO PNRH**

IV - Integração com outras políticas e planejamentos setoriais					V - Gerenciamento do PNRH
16. Interface com o Planejamento Setorial	17. Revitalização de Bacias Programa	18. Segurança de Barragens.	19. Gestão de Recursos Hídricos na Região Costeira	20. Gestão de Recursos Hídricos Fronteiriços e Transfronteiriços	21. Sistema de monitoramento e avaliação do PNRH 2022-2040.
<p>Acredito que muitos dos problemas ambientais relacionados aos recursos hídricos em área urbana começam na falta de planejamento urbano, o uso e ocupação do solo em áreas de preservação permanentes, que devem ser protegidas, a falta de políticas públicas adequadas para sanar essas problemáticas, remoção da população que residem em áreas de riscos, falta de políticas públicas relacionadas a execução de uma educação ambiental efetiva e investimento em saneamento básico.</p>	<p>Importante pensar que há a necessidade de integrar esforços sobre o tema.</p>				<p>Diretrizes para o estabelecimento participativo de metas e indicadores para os programas, planos e projetos de revitalização, incluindo os Programas Águas Brasileiras e do Programa Nacional de Revitalização de Bacias</p>
<p>Nas áreas de expansões urbanas devem ser obrigatoriamente criadas praças com um significativo percentual de áreas verdes e permeáveis como uma forma de mitigação dos problemas de ocupação urbana. Isto tem de ser sempre implantado nos planos diretores.</p>	<p>Dificuldade das pessoas de integrar diferentes programas, políticas e ações.</p>				
<p>necessário pensar na revitalização de áreas urbanas considerando o ciclo hídrico dentro deste ambiente, não somente pensando no afastamento.</p>	<p>Importante definir de quem é a responsabilidade efetiva de revitalizar e a partir daí indicar a forma de integração com outros atores</p>				

IV - Integração com outras políticas e planejamentos setoriais					V - Gerenciamento do PNRH
16. Interface com o Planejamento Setorial	17. Revitalização de Bacias Programa	18. Segurança de Barragens.	19. Gestão de Recursos Hídricos na Região Costeira	20. Gestão de Recursos Hídricos Fronteiriços e Transfronteiriços	21. Sistema de monitoramento e avaliação do PNRH 2022-2040.
Em áreas urbanas os parques lineares ou áreas verdes são propostas que podem ser associadas aos pisos permeáveis, telhados verdes, jardins de acumulação e outras intervenções de engenharia que diminuem enchentes, diminuem impactos da poluição difusa, etc., bem como aproximam a sociedade dos recursos hídricos, ampliando o combate a destinação inadequada de lixo e esgoto.	Falta de integração entre as ações de revitalização de bacias e os Planos de Gestão Ambiental e Territorial (PGTAs) existentes nos territórios indígenas.				
Grande desafio de considerar questões sociais em processos de revitalização de bacias degradadas urbanas – revitalização de rios urbanos	A incorporação por parte de alguns comitês de bacias de projetos de recuperação de áreas degradadas e de revitalização de bacias (Ex: CBH São Francisco, CEIVAP e outros)				
Os Planos Diretores estão desarticulados dos Planos de Bacia	Toda ação de revitalização de bacia hidrográfica deve ser tratada como Política Única de Estado, nada justifica um programa/projeto em andamento para suas atividades de campo por bel-prazer de um novo prefeito ou governador não dar continuidade a estes projetos				
Citou a necessidade de reforçar duas diretrizes da Lei 9433: integração da gestão de recursos hídricos com a gestão ambiental e integração da gestão de recursos hídricos com o uso do solo. Importante que PNRH converse com os planejamentos territoriais	Criação de políticas nos municípios, mapeamento dos agricultores e produtores, ações que devem ser praticadas de recuperação de mata ciliar				
Ações têm sido desenvolvidas de revitalização, mas planos e políticas não têm sido integrados.	Desafio de observar as áreas de recuperação de uma forma unitária visando o planejamento integrado das recuperações e a potencialização dos resultados				

IV - Integração com outras políticas e planejamentos setoriais					V - Gerenciamento do PNRH
16. Interface com o Planejamento Setorial	17. Revitalização de Bacias Programa	18. Segurança de Barragens.	19. Gestão de Recursos Hídricos na Região Costeira	20. Gestão de Recursos Hídricos Fronteiriços e Transfronteiriços	21. Sistema de monitoramento e avaliação do PNRH 2022-2040.
Quando falamos em ações integradas, falamos também em despoluição dos rios, contenção de água, recuperação de estradas com ações de evitar despejos de resíduos no leito dos rios	Prever que um Pacto das Águas em que todas as instituições estejam estruturadas, como é o caso dos CBHs e que as ações de revitalização sejam previstas.				
	Há um conflito no uso da água, visto que uns tem mais acesso do que outros. Criação de políticas de incentivo para a preservação das áreas e rios.				
Necessário haver maior integração com os municípios, e com o planejamento do uso do solo.	As ações de revitalização ocorrem por meio de diversos programas e projetos, as iniciativas são locais, e podem compor programas estaduais ou nacionais.				
Maior esforço para o direcionamento de ações que conversem com o setor agropecuário	Dificuldade de integrar programas estaduais e nacionais sobre o tema.				
Necessário focar e fazer interface com instrumentos da política nacional de meio ambiente, como o zoneamento ecológico econômico.	Importante prever ações de reflorestamento no entorno das bacias hidrográficas				
Destaca a necessidade de integração das políticas públicas municipais no âmbito das políticas estaduais e federais	Destaca que a água é um bem comum. Nesse sentido para garantir a segurança hídrica é importante preservar e recuperar as áreas de recarga e áreas florestais produtoras de água;				
Fazendo com que sejam implementados mecanismos efetivos para integração das políticas e garantir uma forma de enviar recursos de maneira sustentável para estes projetos dentro de uma política de estado	A capacidade de carga da Amazônia pode chegar em um ponto em que não há mais reversão, como a Mata Atlântica, por exemplo. A revitalização deve ser feita em micro bacia. Estes temas precisam fazer parte do debate prioritário				

IV - Integração com outras políticas e planejamentos setoriais					V - Gerenciamento do PNRH
16. Interface com o Planejamento Setorial	17. Revitalização de Bacias Programa	18. Segurança de Barragens.	19. Gestão de Recursos Hídricos na Região Costeira	20. Gestão de Recursos Hídricos Fronteiriços e Transfronteiriços	21. Sistema de monitoramento e avaliação do PNRH 2022-2040.
Utilizar o apoio de ferramentas como o PDOT – Plano Diretor de Ordenamento Territorial como forma de integração das ações de revitalização com as outras ações executadas naquele território.	Citou 2 tipos de projetos de revitalização: um foca na recuperação de mata ciliar, redução de sedimentos etc.				

IV - Integração com outras políticas e planejamentos setoriais					V - Gerenciamento do PNRH
16. Interface com o Planejamento Setorial	17. Revitalização de Bacias Programa	18. Segurança de Barragens.	19. Gestão de Recursos Hídricos na Região Costeira	20. Gestão de Recursos Hídricos Fronteiriços e Transfronteiriços	21. Sistema de monitoramento e avaliação do PNRH 2022-2040.
<p>Outro aspecto a ser considerado diante do Novo Marco do Saneamento e a possibilidade de empresas diversas adentrarem este setor/prestação de serviços e a nova Norma de Potabilidade da Água para Consumo Humano por meio da Portaria GM/MS nº 888, de 04 de maio de 2021. A nova portaria alterou o Anexo XX da Portaria de Consolidação GM/MS nº 5/2017, que dispõe sobre os procedimentos de controle e de vigilância da qualidade da água para consumo humano e seu padrão de potabilidade. Como garantir a qualidade da água frente à tantos agentes poluidores na bacia hidrográfica? A legislação não pode exigir ou punir somente um setor pela qualidade da água da bacia hidrográfica (input no sistema). As empresas de saneamento devem garantir a qualidade da água para abastecimento público, isso sim, é dever. Mas e a qualidade de água que é captada, que chega nas estações de tratamento de água??? Se não houver ações de educação ambiental, recuperação, conservação e proteção na bacia hidrográfica, através de trabalho conjunto dos comitês de bacia, órgãos reguladores e fiscalizadores, Estado e sociedade, empresas de saneamento, os diversos usuários de recursos hídricos (saneamento, indústria, agropecuária, mineração, pesca, lazer, transporte fluvio-marítimo), ONGs, escolas e universidades, e demais representantes da sociedade civil, não há como garantir segurança hídrica em questão de qualidade</p>	<p>Compreender as aptidões das bacias hidrográficas, cada uma delas precisa ter um conceito de revitalização. Melhorar dentro da visão de revitalização os pontos de gestão e coleta de informações, visando a melhoria de projetos e programas</p>				

IV - Integração com outras políticas e planejamentos setoriais					V - Gerenciamento do PNRH
16. Interface com o Planejamento Setorial	17. Revitalização de Bacias Programa	18. Segurança de Barragens.	19. Gestão de Recursos Hídricos na Região Costeira	20. Gestão de Recursos Hídricos Fronteiriços e Transfronteiriços	21. Sistema de monitoramento e avaliação do PNRH 2022-2040.
<p>O modelo econômico predatório e a fragilidade do aparato estatal frágil não corroboram na mudança de paradigmas;</p> <p>Destaca a necessidade e a importância da integração da gestão territorial com a gestão dos recursos hídricos;</p> <p>Destaca a importância de considerar as características específicas e as escalas das bacias hidrográficas das diferentes regiões</p>	<p>O desafio: revitalização de áreas atingidas pela mineração Classe 1 (dragagem da areia na margem dos rios). Citou que é tipo de mineração com baixo valor agregado, realizada por pequenos mineradores.</p> <p>Pontuou que prática não necessariamente causa erosão, e sim o colapso das margens dos rios.</p>				
<p>Integração de projetos por meio de políticas públicas municipais e estaduais.</p>	<p>Destaca as dificuldades de se realizar a revitalização de bacias hidrográficas. Apresenta a preocupação com a quantidade de áreas que carecem de ações e com o ritmo da supressão de áreas florestais autorizado pelos órgãos florestais;</p>				
<p>Implantação do estatuto das cidades, planejamento urbano e rural com foco na revitalização, preservação e conservação de bacias.</p>	<p>uma área de recarga muito importante são as encostas florestadas, que a lei florestal abriu mais, mas preocupam-se muito apenas com as nascentes, que são muito bem focado pelo Wilson áreas de saída de água, para a recuperação dos sistemas aquáticos em questão de quantidade, teremos de focar também na</p> <p>há formas simples e de baixo custo para a restauração de ambientes aquáticos, como a biorremediação utilizando organismos nativos, apenas inserindo substratos artificiais isso poderia ser disseminado em todas as bacias hidrográficas conservação de encostas como áreas de recarga</p>				



IV - Integração com outras políticas e planejamentos setoriais					V - Gerenciamento do PNRH
16. Interface com o Planejamento Setorial	17. Revitalização de Bacias Programa	18. Segurança de Barragens.	19. Gestão de Recursos Hídricos na Região Costeira	20. Gestão de Recursos Hídricos Fronteiriços e Transfronteiriços	21. Sistema de monitoramento e avaliação do PNRH 2022-2040.
Desafio: integração da gestão dos recursos hídricos e gestão territorial. Citou exemplo do Acre: incorpora o zoneamento ecológico econômico na Política Estadual de RH. Destacou que, no entanto, Acre ainda não tem representação na CNRH.	Para revitalização em áreas rurais: foco no manejo adequado da produção da área rural. Somente focar nas áreas legais de proteção não terá o mesmo efeito.				
Existe a necessidade de que o PNRH converse com os demais planos setoriais;	Um dos desafios está na identificação das áreas de recarga. Segundo ponto, identificação das fontes de poluição e realizar ações para mitigação dos impactos. Terceiro ponto, há falta de projetos físicos de recuperação				
Prever maior integração entre políticas e programas de forma que as ações de revitalização perdurem mesmo com a mudança de governos. Prever fontes de recursos mais seguros e que passem os períodos de governo.	Destaca a importância das áreas de encosta e topo de morro como áreas de recarga.				
Integrar ações de licenciamento, outorga e do programa de efetivação do enquadramento de forma a permitir aprimoramento das ações de revitalização	Desafio de definir as ações mais relevantes para cada bacia e obter a estrutura adequada, como é o caso de tratores e outras estruturas e equipamentos necessários.				
Citou importância de municípios serem mais cobrados pela preservação de mananciais e áreas de interesse, pelos órgãos gestores ambientais. Importante que município se conscientize da importância da preservação dos recursos hídricos em seu território. Município deve ser culpabilizada por não atendimento de diretrizes/medidas de preservação dos recursos hídricos	Grande desafio relacionado à questão financeira, onde e formas de buscar recursos				

IV - Integração com outras políticas e planejamentos setoriais					V - Gerenciamento do PNRH
16. Interface com o Planejamento Setorial	17. Revitalização de Bacias Programa	18. Segurança de Barragens.	19. Gestão de Recursos Hídricos na Região Costeira	20. Gestão de Recursos Hídricos Fronteiriços e Transfronteiriços	21. Sistema de monitoramento e avaliação do PNRH 2022-2040.
Os municípios não participam do planejamento.	Um grande desafio é obtenção e disponibilização de recursos para a restauração e revitalização florestal, participo dos CBHS Paranaíba, que recentemente aprovou a cobrança, porém ainda engatinha nos processos de gestão e nos projetos de revitalização de bacias. Temos que criar mecanismos para evoluir mais rapidamente nesses processos.				
Destaca que os planos consideram os municípios, mas que é importante os municípios considerarem os planos.	o usuário com a cobrança não resolverá o problema das bacias, há um passivo ambiental muito grande. Outros setores do governo tem um compromisso em resolver estes problemas. Não se deve contar apenas com os recursos da cobrança para a revitalização da bacia				
Prever a aplicação dos recursos oriundos das multas nas regiões de origem, com foco em ações de recuperação, preservação e conservação ambiental.	Destaca que as ações de revitalização de bacias hidrográficas devem ser realizadas com recursos para além dos provindos da Cobrança, com investimentos dos estados, da união e do setor privado, como o saneamento. Aponta que uma vez que os planos de bacias identificam as áreas de recarga das bacias hidrográficas se mostra importante que o governo promova um programa que aporte investimentos na recuperação, proteção e conservação dessas áreas.				

IV - Integração com outras políticas e planejamentos setoriais					V - Gerenciamento do PNRH
16. Interface com o Planejamento Setorial	17. Revitalização de Bacias Programa	18. Segurança de Barragens.	19. Gestão de Recursos Hídricos na Região Costeira	20. Gestão de Recursos Hídricos Fronteiriços e Transfronteiriços	21. Sistema de monitoramento e avaliação do PNRH 2022-2040.
Os recursos de penalidades devem ir para fundos que possam ser acessados pelos CBHs/EDs para financiamento de ações de revitalização.	Quando se fala em revitalização, a cobrança é um instrumento importante como fonte de recurso. Revitalizar onde é mais importante, plano de bacia e enquadramento é que devem fazer esta orientação. Custos associados não podem impactar a sociedade de forma a não conseguir transformá-los em processos exequíveis. A regeneração natural deve ser prioridade, reuso deve ser prioridade. Revitalizar é muito mais caro do que preservar. A relação custo-benefício dos projetos precisa ser viável. A revitalização precisa ser sustentável.				
Ações conjuntas entre órgãos gestores e outros atores relevantes ao processo	Promover ações de revitalização e de monitoramento nas BH com recursos provenientes de multas ambientais.				
Estimular a implementação de Sistemas Agroflorestais, que trazem benefícios ao ecossistema vinculado a uma oportunidade de renda para pequenos proprietários rurais, seria uma prática mais atrativa, de mais fácil engajamento dos proprietários	Prever o incremento de recursos no contexto do PNRH e outras fontes como forma e incentivo às ações de conservação e revitalização de bacias.				

IV - Integração com outras políticas e planejamentos setoriais					V - Gerenciamento do PNRH
16. Interface com o Planejamento Setorial	17. Revitalização de Bacias Programa	18. Segurança de Barragens.	19. Gestão de Recursos Hídricos na Região Costeira	20. Gestão de Recursos Hídricos Fronteiriços e Transfronteiriços	21. Sistema de monitoramento e avaliação do PNRH 2022-2040.
<p>Para não ser repetitivo no que disse no período anterior, acredito que para garantia da segurança hídrica devemos priorizar a alocação de recursos (financeiros, científico, humanos etc.) para promover ações de produção agropecuária sustentável, pois é o setor que está mais ligado com a preservação dos recursos naturais, principalmente frente a qualidade e quantidade de água. Incentivos financeiros, fiscais, entre outros, podem ser uma ferramenta para potencializar ações voluntárias que promovam a segurança hídrica nas bacias hidrográficas.</p>	<p>Pontuou que ações de revitalização necessitam de recursos. Uma das diretrizes para garantir o aporte de recursos é a sua estipulação pelos Planos de bacia</p>				

IV - Integração com outras políticas e planejamentos setoriais					V - Gerenciamento do PNRH
16. Interface com o Planejamento Setorial	17. Revitalização de Bacias Programa	18. Segurança de Barragens.	19. Gestão de Recursos Hídricos na Região Costeira	20. Gestão de Recursos Hídricos Fronteiriços e Transfronteiriços	21. Sistema de monitoramento e avaliação do PNRH 2022-2040.
<p>Incentivar a Geração Distribuída de energia elétrica a partir de placas solares flutuantes em reservatórios de água de abastecimento público e/ou reservatório para hidrelétrica, resultando na diminuição do uso carga hídrica, fechando comportas e diminuindo a evaporação, criando o aumento da Segurança Hídrica.</p> <p>Rever o Art. 61-A da Lei 12.651/2012, por meio do Ministério do Desenvolvimento Regional, instituições de pesquisa e sociedade civil, onde prevê o uso consolidado de áreas de preservação permanente, tornando-as realmente suscetíveis ao beneficiamento ambiental, melhorando a qualidade ecossistêmica, recarga de aquíferos, cursos d'água e segurança para nascentes. Rever a questão da faixa de APP obrigatória por Módulo Fiscal, tentando torná-la efetiva pela característica do corpo hídrico e não pelo tamanho da propriedade, pois se perde muito maciço florestal no mesmo curso d'água.</p>	<p>Devem ser apresentadas diretrizes para a cobrança pensando na possibilidade de arrecadar recursos para financiamento das ações de revitalização.</p>				
<p>Acredito que podemos incentivar uma agricultura mais sustentável para produzirmos água. Um exemplo são os projetos agroflorestais, podemos evoluir incentivando essa prática e estimulando pesquisa e desenvolvimento dessa agricultura, que planta água na terra.</p>	<p>Prever ações de acordo com o princípio do poluidor-pagador para as ações de revitalização.</p>				

IV - Integração com outras políticas e planejamentos setoriais					V - Gerenciamento do PNRH
16. Interface com o Planejamento Setorial	17. Revitalização de Bacias Programa	18. Segurança de Barragens.	19. Gestão de Recursos Hídricos na Região Costeira	20. Gestão de Recursos Hídricos Fronteiriços e Transfronteiriços	21. Sistema de monitoramento e avaliação do PNRH 2022-2040.
Modernização das técnicas e métodos em todos os setores produtivos. Redução pelo uso da água, redução do desperdício (captar somente o necessário), reuso da água, sobretudo na indústria. Incentivos econômicos – cobrança pelo uso da água. Trabalho integrado	Projetos importantes não vêm trabalhando com a bacia hidrográfica como base territorial para desenvolvimento das ações.				
Premiar melhores práticas de eficiência no uso da água	Unidade territorial de revitalização deve ser melhor discutida – bacias x biomas				
Melhorias de informações e eficiência no uso da água podem dar suporte à definição de prioridades de revitalização em bacias críticas	Prever Planos de Educação Ambiental dos CBHs alinhados aos programas e ações de revitalização de bacias hidrográficas				
Evitar ao máximo a construção de usinas hidrelétricas na Amazônia e no Pantanal, biomas muito sensíveis a degradação ambiental. Incentivar outras matrizes energéticas, solar e eólica.	Prever ações de revitalização no contexto dos processos de educação ambiental.				
Geração Distribuída de energia elétrica a partir de placas solares flutuantes em reservatórios de água de abastecimento público e/ou reservatório para hidrelétrica, resultando na diminuição do uso carga hídrica, fechando comportas e diminuindo a evaporação, criando o aumento da Segurança Hídrica	Citou importância de pensar nos produtores de água nas áreas urbanas. Nessas áreas, os recursos para revitalização virão destas fontes, por exemplo				

IV - Integração com outras políticas e planejamentos setoriais					V - Gerenciamento do PNRH
16. Interface com o Planejamento Setorial	17. Revitalização de Bacias Programa	18. Segurança de Barragens.	19. Gestão de Recursos Hídricos na Região Costeira	20. Gestão de Recursos Hídricos Fronteiriços e Transfronteiriços	21. Sistema de monitoramento e avaliação do PNRH 2022-2040.
<p>A energia elétrica é um importante vetor de desenvolvimento, particularmente em setores destacados nesta Oficina (saneamento, irrigação, turismo etc). As hidrelétricas pagam 7% da energia gerada a título de CFURH, onde os municípios na área de influência dos reservatórios recebem, por destinação legal, 65% desse valor, o(s) Estado(s) de localização do empreendimento recebem 25% e a União os restantes 10% (MME, MMA, MCTI). Os recursos da CFURH tem destinação legal para o pagamento de dívidas com a União e custeio da educação básica pública.</p> <p>Considerando-se o uso múltiplo dos reservatórios que, no caso das hidrelétricas construídas a partir dos anos de 1990, foram a fio d'água (perdendo a capacidade de regularização plurianual), alguns episódios recentes envolvendo a revisão das DRDHs e hidrogramas outorgados, priorizaram outros usos consuntivos, impactando a redução da geração (com impacto econômico para o empreendedor e para o SIN), ampliando o despacho das termelétricas, mais caras e emissoras de GEE, particularmente nesse momento de histórica estiagem. Como os participantes veem a questão da segurança hídrica das bacias, frente a esses riscos para o suprimento energético da fonte de menor custo do Sistema Interligado Nacional ?</p>	<p>Considerar ações de revitalização de rios urbanos e de áreas degradadas. Focar ações de resiliência hídrica, já previstas no contexto do PDOT/DF.</p>				

IV - Integração com outras políticas e planejamentos setoriais					V - Gerenciamento do PNRH
16. Interface com o Planejamento Setorial	17. Revitalização de Bacias Programa	18. Segurança de Barragens.	19. Gestão de Recursos Hídricos na Região Costeira	20. Gestão de Recursos Hídricos Fronteiriços e Transfronteiriços	21. Sistema de monitoramento e avaliação do PNRH 2022-2040.
Citou problema com definição da matriz energética, com predominância da matriz hidrelétrica. Pensando na preservação dos ambientes aquáticos, precisamos de uma política de planejamento energético que considere que depender somente de energia hidrelétrica é um erro. Destacou que aumentar capacidade dos reservatórios não é a solução. Usos a montante das usinas hidrelétricas são prejudicados, há restrição de uso e de vazão outorgada. Problema principal é a montante, com restrições de uso que não são compensadas economicamente.	Devem ser previstas metas de revitalização no contexto do PNRH e definir formas em que as ações de revitalização devem ser incluídas nos instrumentos de gestão, por exemplo nas outorgas e cobrança.				
Destaca que é necessário pensar sobre a mudança nos transportes movidos a combustíveis fósseis para eletricidade. Qual será o impacto na matriz energética com o aumento na demanda por energia para o transporte. É um desafio se antever ao problema e investir na produção de água, uma vez que a hidroenergia representa uma grande fatia da matriz energética	Diretrizes para a construção de um Sistema de Monitoramento participativo de programas de revitalização de bacias				
Demonstra a preocupação com os movimentos de construção de hidroelétricas no momento em que não há a necessidade de construção dessas estruturas frente a outros modais;	Diretrizes para o estabelecimento participativo de metas e indicadores para os programas, planos e projetos de revitalização, incluindo os Programas Águas Brasileiras e do Programa Nacional de Revitalização de Bacias				
A retirada de construções as margens dos rios sempre, em casos de enchente é que vivemos o problema efetivamente	Destaca as características específicas das bacias hidrográficas do semiárido;				



IV - Integração com outras políticas e planejamentos setoriais					V - Gerenciamento do PNRH
16. Interface com o Planejamento Setorial	17. Revitalização de Bacias Programa	18. Segurança de Barragens.	19. Gestão de Recursos Hídricos na Região Costeira	20. Gestão de Recursos Hídricos Fronteiriços e Transfronteiriços	21. Sistema de monitoramento e avaliação do PNRH 2022-2040.
Contextualiza a questão da recuperação frente ao tamanho da propriedade definida no código florestal. Nesse sentido, a mudança no código florestal foi terrível, pois flexibilizou os critérios e promovendo como resultado a não recuperação dessas áreas;	Falta mais incentivo às práticas de revitalização dos recursos hídricos intermitentes, bem como a abertura de editais para projetos que abranjam a região semiárida				
Problemas: desrespeito à legislação ambiental referente às áreas de preservação permanente, com o desmatamento das matas ciliares.	Desafio de considerar as microbacias da caatinga nas ações de revitalização.				
Devemos fazer cumprir a Lei e cobrar dos proprietários a recomposição das áreas degradadas principalmente as áreas que margeiam nascentes e corpos d'água. Assim teremos água com qualidade e abundância. O incentivo do governo é fundamental para dar credibilidade nas ações.	As ações são muito pontuais. Não há ações no PNRH vigente para a região do estado do MT.				
Importante criar corredores ecológicos, criar leis para conectar áreas de reserva legal, para que elas façam conexão com os corpos hídricos e as unidades de conservação.	Considerando o tema de revitalização das bacias, não conseguimos uma adesão para desenvolvimento. São vistas ações pontuais. Não houve avanços expressivos para diminuir o mínimo de degradação ambiental.				
Diretrizes claras e objetivas para o Desmatamento Zero em todos os biomas brasileiros	Não foi possível recompor de forma adequada as bacias hidrográficas brasileiras o longo do horizonte desse plano. Política de revitalização não foi implementada na sua plenitude.				

IV - Integração com outras políticas e planejamentos setoriais					V - Gerenciamento do PNRH
16. Interface com o Planejamento Setorial	17. Revitalização de Bacias Programa	18. Segurança de Barragens.	19. Gestão de Recursos Hídricos na Região Costeira	20. Gestão de Recursos Hídricos Fronteiriços e Transfronteiriços	21. Sistema de monitoramento e avaliação do PNRH 2022-2040.
Políticas para evitar a degradação, o desmatamento, principalmente de grandes áreas. Não adianta trabalhar para recuperar de um lado, quando do outro se degrada em grande velocidade	Minha sugestão é de que o Mapeamento de Nascentes e Proteção adequada das mesmas é uma ação que deveria ocorrer obrigatoriamente em todas as bacias hidrográficas, como uma ação dos Planos de Bacias Hidrográficas, nos Comitês de Bacias e como política do PNRH.				
Promover a ampliação da fiscalização sobre o desmatamento ilegal;	A homologação da Política de Pagamento por serviços ambientais, um excelente instrumento de incentivo à preservação das matas ciliares, nascentes e demais recursos hídricos.				
Pondera a questão do desmatamento. O desmatamento ilegal tem que ser enfrentado e multado. O desmatamento legal não pode ser tratado como crime.	programas de PSA a nível e microbacia, envolvendo parcerias interinstitucionais multiescalares com financiamento internacional, coordenação de órgãos ambientais e assistência técnica rural de nível estadual, como p. ex. o Conexão Mata Atlântica no ERJ				
Destaca o cenário caótico da gestão ambiental no país. Nesse sentido é fundamental o fortalecimento e a fiscalização e ações para reduzir/inibir o desmatamento; Desafio de recuperar as bacias frente ao aumento do desmatamento; O desafio é aumenta a conscientização ambiental sobre a conservação das áreas de recarga, áreas de proteção ...	Problemas - desistência de proprietários rurais participantes dos Programas de PSA ao longo da sua execução; Desafio: ampliar os investidores nos fundos de PSA				

IV - Integração com outras políticas e planejamentos setoriais					V - Gerenciamento do PNRH
16. Interface com o Planejamento Setorial	17. Revitalização de Bacias Programa	18. Segurança de Barragens.	19. Gestão de Recursos Hídricos na Região Costeira	20. Gestão de Recursos Hídricos Fronteiriços e Transfronteiriços	21. Sistema de monitoramento e avaliação do PNRH 2022-2040.
Ações para paralisar e reduzir o desmatamento	A água deve ser trabalhada independentemente do ente, seja município, estado ou federação. O PSA é pago para o pequeno e grande produtor.				
Instrumentos mais eficazes para o controle das ações de supressão vegetal	Programa também inclui pagamento por serviço ambiental, de forma bem sucedida. Experiência do programa nestas duas atividades contribui para a perenização dos seus resultados.				
Proposta: citou as fossas ecológicas, estudadas pelo grupo de pesquisa em que atua. Já observaram resultados na redução da poluição afluentes a corpos d'água. Citou necessidade de repensar o tratamento de esgoto.	A revitalização das bacias passa obrigatoriamente pela universalização do saneamento, incluindo tratamento de água e esgoto, de uma forma racional, sustentável e economicamente viável				
Saneamento básico deve ser uma das ações para proteção, conservação e recuperação dos recursos hídricos. Maior apoio para o saneamento rural por parte de políticas públicas, tanto para garantir a qualidade da água, a preservação/recuperação de nascentes, quanto o acesso a água potável.	Rio Jamari Rondônia Citou experiência do grupo Rede Unir na recuperação de matas ciliares. Uma das ações principais do grupo foi o reflorestamento das matas ciliares.				

IV - Integração com outras políticas e planejamentos setoriais					V - Gerenciamento do PNRH
16. Interface com o Planejamento Setorial	17. Revitalização de Bacias Programa	18. Segurança de Barragens.	19. Gestão de Recursos Hídricos na Região Costeira	20. Gestão de Recursos Hídricos Fronteiriços e Transfronteiriços	21. Sistema de monitoramento e avaliação do PNRH 2022-2040.
<p>o biofilme nativo reduz por exemplo as cianobactérias que causou tantos problemas na bacia do Guandu, como falado mudar o sistema de tratamento de esgoto de bacias de decantação para sistemas mais ecológicos com reuso de água</p> <p>essas estações de tratamento ecológicas, são de menores dimensões e por grupos de casas, ruas, bairros, não teria o grande transporte para as ETEs de lagoas de decantação</p> <p>elas são dimensionáveis, e sobre elas poderão ser construídas hortas comunitárias, não geram efluentes</p> <p>evitam as elevatórias e seus problemas associados</p> <p>os rios perderam a capacidade de autodepuração, porque é extrapolada a sua capacidade de carga</p> <p>fossas ecológicas resolveriam esses problemas</p> <p>tanto no Rio de Janeiro como em todas as bacias</p>	<p>Abastecimento público do RJ é extremamente dependente da bacia do rio Paraíba do Sul – grande desafio de avançar em ações de revitalização dessa bacia.</p>				
<p>Destaca que existem alternativas de menor custo em soluções para as questões do saneamento e da recuperação/proteção das bacias.</p>	<p>As iniciativas apoiadas pelo Programa Produtor de Água têm sido bem-sucedidas nos seus arranjos e resultados. Uma sugestão seria adotar o modelo para fazer essa integração.</p>				
<p>Promover a adoção de novas tecnologias para o saneamento básico (biotecnologias). São tecnologias de baixo custo e bons resultados;</p> <p>Fomentar a implementação da biorremediação em corpos hídricos através de espécies nativas (biofilme);</p>	<p>Citou o Programa Produtor de Água, presente em várias bacias, com representantes de diversos setores de usuários. Não trabalha em grandes bacias, foco são microbacias.</p>				

IV - Integração com outras políticas e planejamentos setoriais					V - Gerenciamento do PNRH
16. Interface com o Planejamento Setorial	17. Revitalização de Bacias Programa	18. Segurança de Barragens.	19. Gestão de Recursos Hídricos na Região Costeira	20. Gestão de Recursos Hídricos Fronteiriços e Transfronteiriços	21. Sistema de monitoramento e avaliação do PNRH 2022-2040.
Desafio: coleta, afastamento e tratamento de esgoto adequados. Pontuou que muitas ETEs possuem sistemas simples, como lagoas. Tratamento no nível secundário, sem remoção de nutrientes (citou exemplo de lagoas australianas).	Citou o Programa Produtor de Água – uma das ações que auxiliam no sucesso deste programa são as parcerias que estabelece com os setores interessados. Citou exemplo do protagonismo dos representantes do setor rural, que, desta maneira, são mais comprometidos e parceiros nas metas.				
No RS, três municípios que possuem serviço autônomo de saneamento não pretendem atender ao novo marco legal do saneamento em relação à regionalização. O projeto de lei que está na Assembleia Legislativa do RS não traz nenhuma reflexão acerca das bacias hidrográficas.	Citou resultados positivos que já observou em decorrência do Programa, como redução da poluição de rios e redução de aporte de sedimentos, e aumento do engajamento entre os setores				
O outro é mais focado na área urbana, e a principal ação remediadora é a coleta e tratamento de esgoto. Citou falta de planejamento de drenagem urbana no Brasil, o que prejudica ações na área urbana.	Exemplo de resultados das ações de revitalização serão percebidos por meio de índices de qualidade e quantidade das águas dos rios.				
Destaca a importância da coleta e tratamento de esgoto. Aponta que é fundamental ampliar a coleta e o tratamento dos esgotos. Nesse sentido, para revitalizar as bacias hidrográficas é fundamental fechar as fontes de poluição.	Percebe raras experiências de revitalização efetivas.				
SÓ TROCARIA OS SUBSÍDIOS PARA SETORES POR INVESTIMENTOS SEGUINDO O PLANO DE BACIAS NO ÂMBITO DO CBH ASSOCIADO, PARA AUMENTANDO CONTROLE SOCIAL	Destaca o Programa produtor de água e o Programa fábrica de água. O PNRH deve promover e fomentar os programas de produção de água. Esse programa deve ser ampliado para as diferentes regiões do país				

IV - Integração com outras políticas e planejamentos setoriais					V - Gerenciamento do PNRH
16. Interface com o Planejamento Setorial	17. Revitalização de Bacias Programa	18. Segurança de Barragens.	19. Gestão de Recursos Hídricos na Região Costeira	20. Gestão de Recursos Hídricos Fronteiriços e Transfronteiriços	21. Sistema de monitoramento e avaliação do PNRH 2022-2040.
<p>Destaca que as ações de revitalização de bacias hidrográficas devem ser realizadas com recursos para além dos provindos da Cobrança, com investimentos dos estados, da união e do setor privado, como o saneamento.</p> <p>Apona que uma vez que os planos de bacias identificam as áreas de recarga das bacias hidrográficas se mostra importante que o governo promova um programa que aporte investimentos na recuperação, proteção e conservação dessas áreas.</p>	<p>Rio Jamari Rondônia.</p> <p>Citou experiência com trabalho no grupo Rede Unir, na preservação de mata ciliares.</p> <p>Citou problema regional com criação de gado: criadores utilizam rios como fonte de água (bebedouros) para o gado. Atividade provoca destruição e danos à mata ciliar.</p> <p>Outro problema: coleta de areia no leito do rio, para uso na construção civil. Problema principalmente no rio Candeias.</p> <p>Grupo do qual participa já entrou com ação legal contra esta prática, mas ainda não foram tomadas providências.</p>				

IV - Integração com outras políticas e planejamentos setoriais					V - Gerenciamento do PNRH
16. Interface com o Planejamento Setorial	17. Revitalização de Bacias Programa	18. Segurança de Barragens.	19. Gestão de Recursos Hídricos na Região Costeira	20. Gestão de Recursos Hídricos Fronteiriços e Transfronteiriços	21. Sistema de monitoramento e avaliação do PNRH 2022-2040.
Ações para redução do aporte de areia e nutrientes nos corpos d'água: fossas ecológicas. Entende que as diretrizes deste programa poderiam ser incorporadas em outros Planos	Planejamento na gestão de recuperação de bacias hidrográficas, inserir como política de Ações (MDR, ANA, etc) considerar no planejamento global: os Territórios Indígenas do Brasil. Estes territórios representam 13% do Território Nacional onde ou nascem ou são cortadas por Importantes Rios de todas as Bacias Hidrográficas Brasileiras. Até o momento em muito contribuíram para a Revitalização e Permanência de Nascentes, Ribeirões, Córregos e Rios e Qualidade das Águas. Sou Indigenista e Arquiteto e trabalho na Fundação Nacional do Índio há 36 anos. Viajei por todo o país por este período, agora com o enfraquecimento da Fiscalização e Vigilância destes Territórios e com as Aberturas dos Territórios para: novas Hidrelétricas, PCHs, Mineração e Monoculturas do Agronegócio, estas possibilidades que contribuem para a Manutenção de Bacias Hidrográficas, serão em muito diminuídas.				
Citou problemas com PCHs, que impactam as bacias hidrográficas, mas não precisam de aprovação dos CBHs	O PNRH deve prever o fomento da governança local nas questões de recuperação, conservação e preservação ambientais e de segurança hídrica				

IV - Integração com outras políticas e planejamentos setoriais					V - Gerenciamento do PNRH
16. Interface com o Planejamento Setorial	17. Revitalização de Bacias Programa	18. Segurança de Barragens.	19. Gestão de Recursos Hídricos na Região Costeira	20. Gestão de Recursos Hídricos Fronteiriços e Transfronteiriços	21. Sistema de monitoramento e avaliação do PNRH 2022-2040.
<p>Citou exemplo da PCH Batalha , onde produtores foram impactados pelo barramento, e não foram compensados. Setor hidrelétrico não sinaliza compensação. Usina não traz benefícios econômicos para o município de maneira proporcional ao problema criado com a PCH.</p> <p>Citou</p>	<p>o plano está favorecendo o produtor de grande escala. Não há ações para o pequeno produtor e usuários mais vulneráveis. A preservação do meio ambiente depende do envolvimento de toda a sociedade, porém a maior responsabilidade deve ser das três esferas do governo, visto que tem os recursos para as ações. Burocracias administrativas prejudicam os pequenos produtores e favorecem os grandes.</p>				
<p>Diretriz: este tipo de empreendimento deve ser aprovado pelos CBHs. Ressaltou que condição é mais frágil com a MP 1055, do setor elétrico, na ocasião de crise hídrica. ANA deveria estar à frente de situações de crise hídrica. Entende que esta MP fragiliza o setor de recursos hídricos.</p>					
<p>Outra situação que perturba é o Setor Hidroelétrico, que nada investe na revitalização de bacia em que atua, ficando a máxima: de que não consomem água</p>					
<p>Pagamento da CFURH se restringe a Estado ou município onde está localizado o reservatório. Não contempla municípios ou estados a montante que contribuem para o reservatório. CFURH só remunera municípios impactados pelos reservatórios. Ajuste na CFURH pode ser sugerido, para considerar esta revisão.</p>					

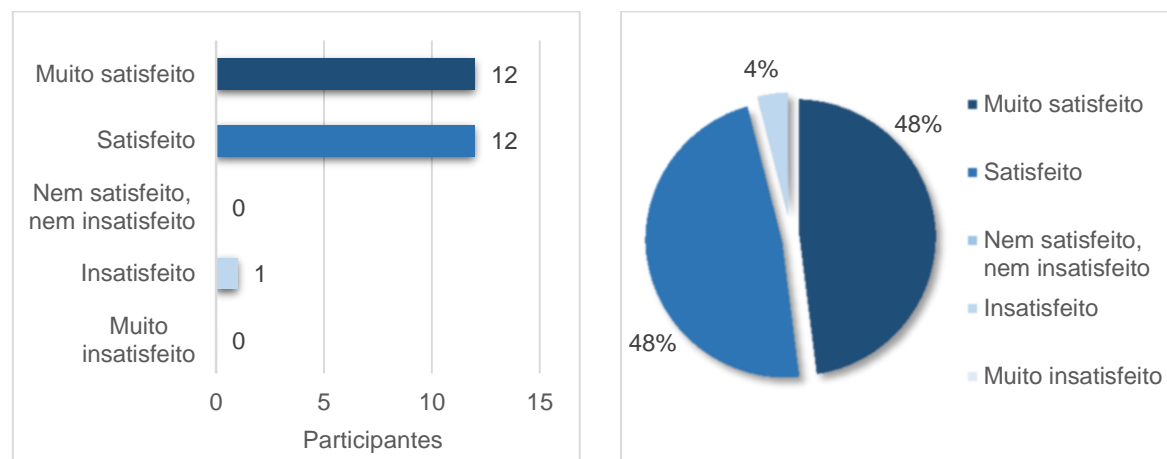


IV - Integração com outras políticas e planejamentos setoriais					V - Gerenciamento do PNRH
16. Interface com o Planejamento Setorial	17. Revitalização de Bacias Programa	18. Segurança de Barragens.	19. Gestão de Recursos Hídricos na Região Costeira	20. Gestão de Recursos Hídricos Fronteiriços e Transfronteiriços	21. Sistema de monitoramento e avaliação do PNRH 2022-2040.
citou necessidade de prever investimentos em pesquisa, principalmente para o reuso de água residuária.					
Incentivo à academia e às agências de fomento e pesquisa para desenvolvimento de novas tecnologias para melhor uso dos recursos hídricos, tanto na agricultura quanto na indústria					
<p>Citou que grupo de pesquisa onde trabalha tem projetos na área de reuso.</p> <p>Pontuou que não há legislação no país que regule a qualidade da água de reuso, o que seria necessário para incentivar esta prática no país. Citou exemplo do uso de água de reuso na agricultura.</p> <p>Pontuou que reuso é uma ação que auxiliará na proteção das bacias hidrográficas. Assunto ainda é incipiente no Brasil, e país precisa avançar nesta discussão.</p>					
Parâmetros de qualidade sanitária, legislação específica para água de reuso, para que seja utilizada para diversos fins. O reuso pode ajudar na diminuição da demanda das bacias hidrográficas e também conservação da água, na devolução de um esgoto menos contaminante. É importante que esteja incluída na legislação a forma de tratamento para água de reuso.					
O reuso precisa de um normativo federal para dar segurança jurídica a esta prática.					

IV - Integração com outras políticas e planejamentos setoriais					V - Gerenciamento do PNRH
16. Interface com o Planejamento Setorial	17. Revitalização de Bacias Programa	18. Segurança de Barragens.	19. Gestão de Recursos Hídricos na Região Costeira	20. Gestão de Recursos Hídricos Fronteiriços e Transfronteiriços	21. Sistema de monitoramento e avaliação do PNRH 2022-2040.
<p>É fundamental que os pequenos produtores participem do processo. A alocação dos recursos financeiros precisa ter orientação e planejamento, visando beneficiar os setores e especialmente para o setor agropecuário.</p>					
<p>Exclusão do produtor rural. Incluir este produtor no processo de irrigação. Alterar o modelo utilizado pelo Estado. O modelo precisa ser inclusivo, e não excludente. Os produtores não se sentem interessados e incluídos no processo, além de sofrerem cobranças. Má distribuição de água pela ANA e secretarias estaduais. Mudanças de governo são empecilhos para os processos.</p>					
<p>Políticas de preservação de mananciais, com repasse de recursos dos setores que utilizam água destes mananciais. Esta política pode ser implementada em nível estadual, mas deve passar pelo município também.</p>					
<p>Aprimorar a distribuição de água com participação dos municípios. A bacia é um coletivo, e deve ser respeitada como tal.</p>					
<p>Cobrar dos gestores municipais a gestão adequada dos resíduos sólidos.</p>					
<p>Para além das exigências e obrigações do licenciamento, fortalecer diretrizes para ações de recuperação de áreas degradadas em investimentos de energia, saneamento e outros investimentos.</p>					

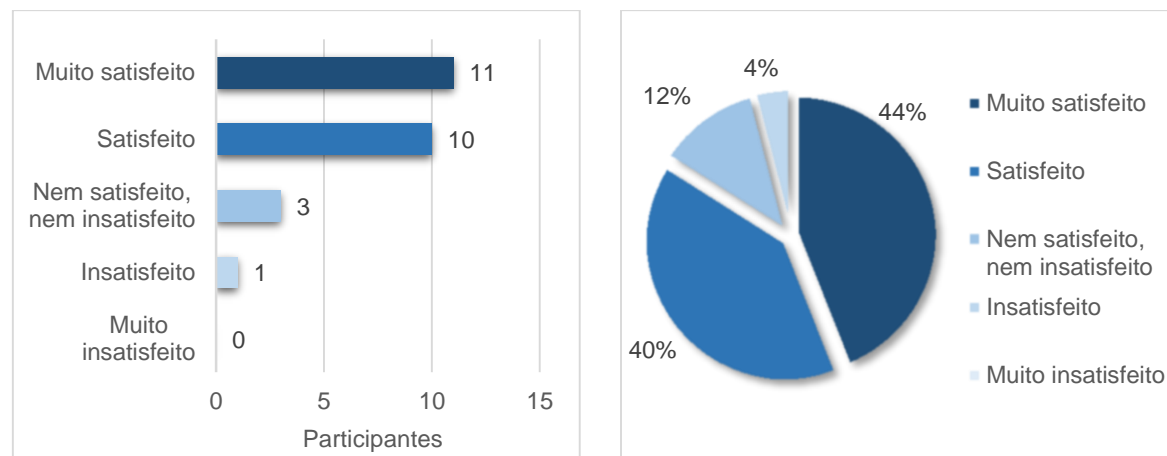
### 1.3 Avaliação do Evento

Para avaliação do evento, foi disponibilizado de forma online, um formulário para preenchimento dos presentes com a sua percepção da oficina e indicadores de melhorias possíveis para as próximas oficinas. Esse formulário ficou disponível por um período de uma semana e teve 25 respostas. Os resultados das 5 questões objetivas são apresentados da Figura Erro! Nenhum texto com o estilo especificado foi encontrado no documento.-1 à Figura Erro! Nenhum texto com o estilo especificado foi encontrado no documento.-5.



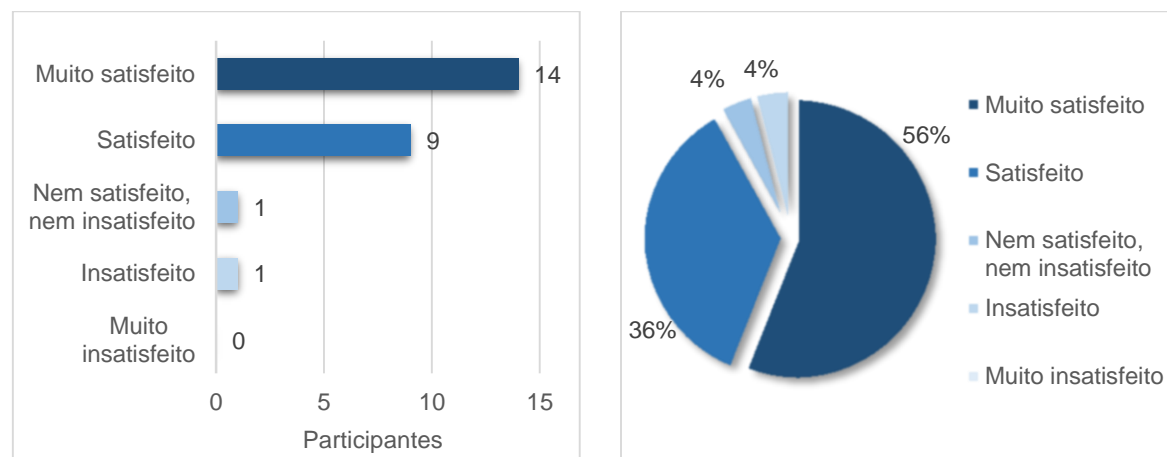
**FIGURA ERRO! NENHUM TEXTO COM O ESTILO ESPECIFICADO FOI ENCONTRADO NO DOCUMENTO.-1 – RESPOSTAS À PERGUNTA SOBRE “QUAL O SEU NÍVEL DE SATISFAÇÃO SOBRE A ORGANIZAÇÃO DO EVENTO?”**

Em relação à organização do evento, 48% (12 participantes) se consideraram muito satisfeitos enquanto outros 48% (12 participantes) se consideraram satisfeitos. Apenas 1 participante (4%) se considerou insatisfeito.



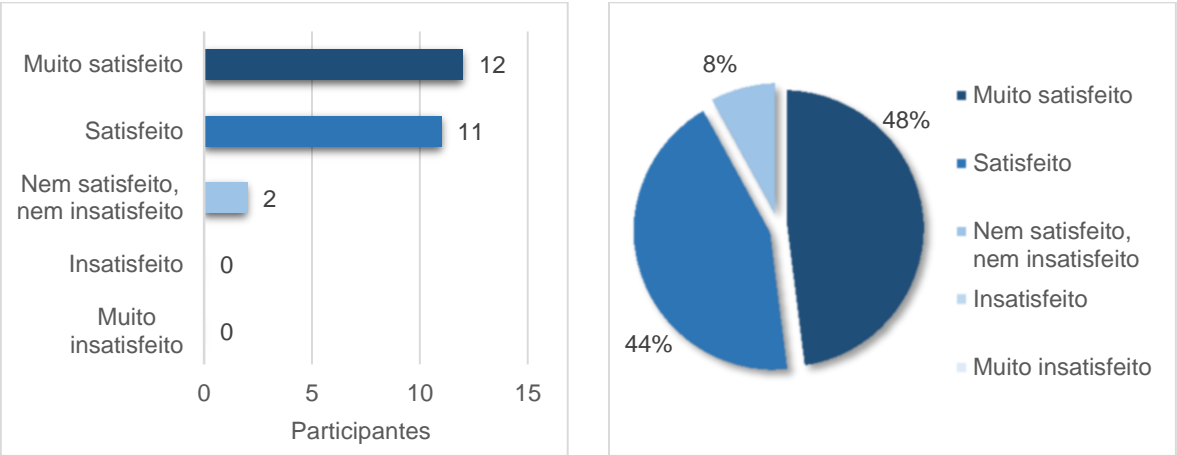
**FIGURA ERRO! NENHUM TEXTO COM O ESTILO ESPECIFICADO FOI ENCONTRADO NO DOCUMENTO.-2 – RESPOSTAS À PERGUNTA SOBRE “QUAL O SEU NÍVEL DE SATISFAÇÃO EM RELAÇÃO AS APRESENTAÇÕES TÉCNICAS?”**

Quanto as apresentações técnicas, 84% (21 participantes) se consideraram satisfeitos ou muito satisfeitos, enquanto 12% (3 participantes) se consideraram nem satisfeitos, nem insatisfeitos e 1 participante (4%) se considerou insatisfeito.



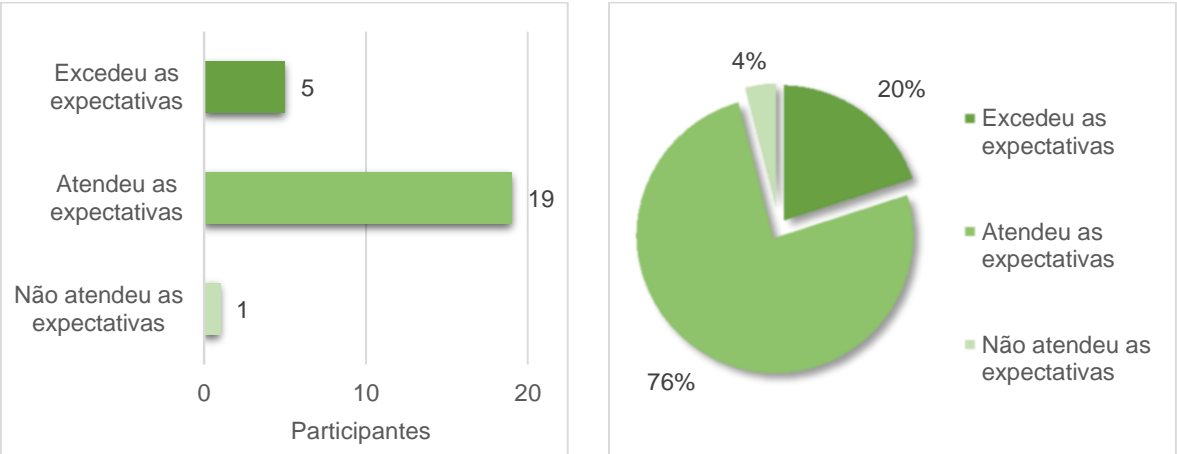
**FIGURA ERRO! NENHUM TEXTO COM O ESTILO ESPECIFICADO FOI ENCONTRADO NO DOCUMENTO.-3 – RESPOSTAS À PERGUNTA SOBRE “QUAL O SEU NÍVEL DE SATISFAÇÃO EM RELAÇÃO A METODOLOGIA REMOTA DE PARTICIPAÇÃO?”**

Já em relação a metodologia remota de participação, 92% (23 participantes) se consideraram muito satisfeitos ou satisfeitos, enquanto 1 participante (4%) se considerou nem satisfeito, nem insatisfeito e outro participante (4%) se considerou insatisfeito.



**FIGURA ERRO! NENHUM TEXTO COM O ESTILO ESPECIFICADO FOI ENCONTRADO NO DOCUMENTO.-4 – RESPOSTAS À PERGUNTA SOBRE “QUAL O SEU NÍVEL DE SATISFAÇÃO EM RELAÇÃO A MODERAÇÃO DO EVENTO?”**

Em relação a moderação, 48% (12 participantes) se consideraram muito satisfeitos, 44% (11 participantes) se consideraram satisfeitos, enquanto 8% (2 participantes) se consideraram nem satisfeito, nem insatisfeito. Nenhum participante se considerou insatisfeito ou muito insatisfeito.



**FIGURA ERRO! NENHUM TEXTO COM O ESTILO ESPECIFICADO FOI ENCONTRADO NO DOCUMENTO.-5 – RESPOSTAS À PERGUNTA SOBRE “O EVENTO ATENDEU SUAS EXPECTATIVAS?”**

Para 76% dos participantes (19) o evento atendeu as expectativas. Já para 20% dos participantes (5) o evento excedeu as expectativas, enquanto para apenas 1 participante (4%) o evento não atendeu as expectativas.

Abaixo são apresentadas algumas respostas a questão discursiva “Como melhorar a metodologia utilizada?”.

*“Acredito que, no primeiro período, seria interessante apresentar brevemente como o Plano Nacional de Recursos Hídricos (PNRH) vigente tratava o assunto do encontro. Depois, apresentar quais são as propostas e ações já existentes para o novo PNRH. É essencial deixar um tempo para participação de todos no primeiro período. Caso isso não seja possível, uma alternativa seria deixar que algumas pessoas se manifestassem e solicitar que as demais intervenções fossem colocadas no chat e o moderador lesse as sugestões, ao final do primeiro período. No segundo período seria interessante que o relator não fosse a mesma pessoa que apresenta a síntese do que foi escrito para tentar reduzir o tempo de apresentação do que foi discutido pelos outros grupos. Sugiro que uma segunda pessoa fosse montando uma apresentação com os principais pontos levantados, enquanto o relator executa sua função.”*

*“Elaborar e fornecer aos convidados documento orientador sobre o PNRH e papel dos atores envolvidos.”*

*“Metodologia ativa utilizada no evento foi excelente. Por isso, não tenho nada a complementar.”*

A síntese das demais respostas aponta que a metodologia utilizada pode ser melhorada:

- Enviando o formulário e perguntas previamente a oficina;
- Dividir a discussão dos temas por estados;
- Promover treinamento sobre novas metodologias online.

Abaixo são apresentadas algumas respostas à questão discursiva “Como ampliar a participação social para a construção do PNRH?”.

*“Criar novos grupos de trabalho além dos já renomados Comitês, instaurar eventos e novos canais em redes sociais para discutir sobre.”*

*“Enviar um convite formal para todos os membros do SINGREH pedindo para que eles divulgassem para suas redes o que está sendo feito, como os encontros funcionam e as datas. Solicitar que o MMA e MDR intensifiquem a divulgação em suas redes sociais. Solicitar que entes da sociedade civil organizada (especialmente grandes ONGs e Universidades divulguem em suas redes).”*

*“Este é um desafio pois o tema é complexo e de difícil compreensão para muitos setores da população dentre eles os indígenas e muitos servidores*

*e chefes da Funai que são analfabetos funcionais/digitais. Sugiro oficinas específicas para indígenas com linguagem adequada de modo a atingir esta população tão importante na conservação dos recursos hídricos.”*

A síntese das demais respostas aponta que a participação social para a construção do PNRH pode ser ampliada:

- Ampliando a divulgação nas redes sociais e nos meios de comunicação de massa (televisão e rádio);
- Fortalecendo a participação dos conselhos e dos comitês de bacias;
- Promovendo uma mobilização mais direcionada para os atores do SINGREH.

Por fim, abaixo é apresentada a única resposta à questão discursiva “Por favor, se você tem alguma crítica, dúvida, reclamação ou sugestão, comente aqui”.

*“Gostaria que houvesse mais momentos de troca entre todos os participantes. Sugiro inicialmente que seja reservado um tempo para leitura das manifestações do chat, e que seja explicado que caso não haja tempo de mais pessoas se manifestarem ao vivo, que suas manifestações serão lidas ao fim do primeiro período. Ressalto que não estou falando para substituir a fala ao vivo pela leitura do chat, mas caso não haja tempo. Seria interessante também resumir a divulgação das iniciativas já existentes para ter mais tempo de manifestação dos participantes.”*

*“Criar fóruns permanentes de discussão sobre o tema em plataformas como youtube.”*

*“Acho esta discussão importante e tenho tido prazer em aprender e poder opinar.”*

*“Então, buscar maior participação das comunidades tradicionais: indígenas, quilombolas, pequenos agricultores, pescadores, marisqueiras, envolvimento das mulheres.”*